

## 01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. (“Paranapanema”, “Controladora” ou “Companhia”), constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade de Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Prédio Administrativo I, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas Controladas e devem ser lidas em conjunto com o Formulário de Referência (FRE). A Companhia e suas Controladas desenvolvem atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

A Companhia, através do Projeto Paranapanema 2018 (“PMA-2018”), está aprimorando o modelo de negócios de modo ampliar a rentabilidade dos ativos e a geração de valor mais adequado aos acionistas e demais *stakeholders*.

Dentre as principais medidas destacam-se a ampla revisão e o aprimoramento das operações industriais, comerciais, financeiras e administrativas da Companhia, tendo como pilares os resultados, processos e pessoas, com o objetivo de redução dos custos e das despesas estruturais (vendas e administrativas); menor uso de capital de giro aplicado em estoques e contas a receber bem como adequar os investimentos com Capex, adequando-o ao ciclo atual da Paranapanema.

As ações da Companhia são listadas e negociadas na BM&FBOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

### Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detinha as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas nas respectivas datas abaixo:

Controladas		2014	2013
CDPC-Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda	(a)	99,99%	99,99%
Paraibuna Agropecuária Ltda.	(b)	99,98%	99,98%
PMA Minerals Ltda	(c)	99,90%	99,90%
PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda	(d)	99,90%	99,90%
Paranapanema Netherlands B.V.	(e)	100,00%	0,00%
Caraíba Incorporated Ltd.	(f)	100,00%	100,00%
Paranapanema (USA) Inc.	(g)	0,00%	100,00%
PMA Importadora e Exportadora Ltda.	(h)	0,00%	99,99%
Rio Negro Mineração e Com Ltda	(i)	99,99%	0,00%

**a) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.**

Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.

**b) Paraibuna Agropecuária Ltda.**

Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de atividades agropecuárias, pastoris, reflorestamentos e afins.

**c) PMA Minerals Ltda.**

Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a exploração de direitos de mineração, venda e atuação como intermediária para terceiros na venda de produtos minerais, distribuição, comercialização e industrialização de produtos. A integralização do capital ocorrerá até 13 de março de 2015 de acordo com a última alteração do contrato social assinada em 13 de março de 2013.

**d) PMA Empreendimentos Imobiliários Ltda.**

Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como objeto social a compra, venda, locação, desoneração, exploração de imóveis próprios ou de terceiros. A integralização do capital ocorrerá até 13 de março de 2015 de acordo com a última alteração do contrato social assinada em 13 de março de 2013.

**e) Paranapanema Netherlands BV.**

Empresa com sede na cidade de Amsterdam, Holanda, constituída em 09 de abril de 2014. Atualmente a empresa não está operacional.

**f) Caraíba Incorporated Ltd.**

Empresa com sede nas Ilhas Caimã, constituída em 08 de julho de 2005. Atualmente a empresa não está operacional

**g) Paranapanema (USA) Inc.**

Empresa extinta em 30 de abril de 2014

**h) PMA Importadora e Exportadora Ltda.**

Empresa extinta em 31 de outubro de 2014

**i) Rio Negro Mineração e Com Ltda.**

Empresa com sede na cidade de São André, São Paulo, constituída em 30 de julho de 1974. Atualmente a empresa não está operacional

## 02. Base de preparação

### A) Declaração de conformidade

- As demonstrações financeiras Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) em observância à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), considerando as alterações introduzidas através das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e, também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras Individuais da Paranapanema, foram elaboradas de acordo com o BR GAAP, apresentam a avaliação de investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando a diferença entre o BR GAAP e o IFRS.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações financeiras Individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras Consolidadas e as demonstrações financeiras Individuais da Paranapanema (Controladora) estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2015.

### B) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não derivativos designados e mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo.

### C) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### D) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas referentes a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 – Teste de Redução ao Valor Recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota 23 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 25 – Instrumentos Financeiros Derivativos.

## 03. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

### i. Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é o montante estimado pelo qual o ativo imobilizado poderia ser negociado na data de aquisição entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens similares, quando disponíveis, e custo de reposição depreciado quando apropriado. Custo de substituição depreciado reflete ajustes por deterioração física, assim como obsolescência funcional e econômica.

## ii. Propriedade para investimento

Uma empresa de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade que está sendo avaliada, avalia a carteira de propriedade para investimento da Companhia. Os valores justos são baseados nos valores de mercado, e no valor estimado pelo qual uma propriedade poderia ser trocada na data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado.

Na ausência de preços correntes no mercado ativo, as avaliações são preparadas através da consideração do valor dos fluxos de caixa agregados estimados do arrendamento da propriedade. A taxa de desconto que reflita determinados riscos inerentes aos fluxos de caixa então é aplicada nos fluxos de caixa anuais líquidos para chegar à avaliação da propriedade.

As avaliações refletem, quando apropriado, o tipo de arrendador efetivamente ocupando o imóvel ou do responsável por honrar os compromissos do arrendamento ou do arrendador que provavelmente estará ocupando o imóvel após o período em que o imóvel ficou vago, a alocação das responsabilidades de manutenção e seguro entre a Companhia e o locatário; e a vida econômica remanescente da propriedade. Quando revisões do arrendamento ou renovações do arrendamento estão pendentes e incluem aumentos previstos referentes à devolução da propriedade, assume-se que tais avisos, e quando apropriado contra-avisos, tenham sido providos de maneira válida e dentro do tempo apropriado.

## iii. Contas a receber de clientes e outros créditos

Os valores justos de contas a receber e outros créditos, excluindo construção em andamento, são estimados como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

## iv. Contratos de câmbio a termo e *swaps* de taxas de juros

Os valores justos de contratos de câmbio a termo e de contratos de *swaps* de taxas de juros são baseados nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados, baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento similar apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo Paranaapanema e contraparte, quando apropriado.

## v. Outros passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

## 04. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando indicado.

### A) Base de consolidação

#### i. Controladas

As demonstrações financeiras de Controladas são incluídas nas demonstrações financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das Controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras Individuais da controladora as demonstrações financeiras de Controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### ii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras Consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### B) Moeda estrangeira

#### i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, a respectiva moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);

- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no Exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva; ou
- Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

## ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

## C) Instrumentos financeiros

### C.1) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### C.1.1) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

### C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros, cujo vencimento, na data do Balanço, é igual ou inferior a três meses, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Paranapanema e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

#### b) Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não seja cotado no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras e recebíveis são medidas pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

#### c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

O contas a receber de clientes do mercado interno e externo estão ajustados a valor presente pela CDI e pela Libor, respectivamente. O saldo de clientes do mercado externo estão convertidos para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas Controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial, avaliam e acompanha o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 06.

### C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.



Saldo bancário a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Paranapanema e suas Controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

### C.3) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preço das *commodities* (metal), e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- o instrumento separado com os mesmos termos do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do derivativo como um instrumento de *hedge*, a Companhia documenta formalmente o relacionamento, a estratégia e os riscos entre os instrumentos e objetos de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto em uma base contínua, se existe a expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% -125%.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas conforme descrito abaixo.

#### **Hedges de fluxos de caixa**

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o valor acumulado mantido em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios durante os quais o ativo não financeiro afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

#### **Derivativos embutidos separáveis**

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

**Hedges de Valor Justo** Quando o derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção do valor justo de um ativo ou passivo, a porção efetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado e pode ser alocada para ajustar o valor do ativo ou passivo objeto de *hedge* dependendo de sua natureza operacional ou financeira.

A porção inefetiva da variação do valor justo do derivativo é reconhecida no resultado financeiro.

Os efeitos da marcação à mercado dos instrumentos derivativos negociadas em bolsas ativas (de mercadorias e futuros) são objeto de teste de efetividade retrospectivo e prospectivo respeitando os limites de 80% - 125% de efetividade para manter a relação de *hedge*. A marcação à mercado de derivativos usando preços futuros trazem a volatilidade de mercado futuro para o resultado da Companhia e os efeitos não devem ser considerados para medição de sua performance a menos que a política de gestão de risco permita especular com tais instrumentos derivativos, o que não é o caso da Paranapanema.

#### **Outros derivativos não mantidos para negociação**

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* que se qualifique para a contabilização de *hedge*, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

#### **C.4) Capital social**

##### **C.4.1) Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

##### **C.4.2) Recompra de ações (ações em tesouraria)**

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentados como reservas de capital.

#### **D) Ativos Mantidos para Venda**

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

## E) Imobilizado

### i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e.
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes referentes a ganhos ou perdas decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo imobilizado em moeda estrangeira. O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

### ii. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, e apresentado na conta de ajuste de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

### iii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### iv. Depreciação e amortização

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

•Edificações	40 anos
•Aterro industrial	4 anos
•Máquinas e equipamentos	3-12 anos
•Veículos	5 anos
•Móveis e utensílios	5-10 anos
•Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. A vida útil e o valor residual foram revisados em 31 de dezembro de 2014 (veja nota explicativa 11.3).

## F) Ativos intangíveis

### i. Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a expectativa de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

#### ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

#### iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### iv. Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

### G) Investimentos

Investimentos em empresas Controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras Individuais da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em Controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas Controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das Controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da Controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas Controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas Controladas.

As demonstrações financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em suas Controladas. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas Controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

## H) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição da propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída internamente inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como ativo imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

## I) Estoques

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. Ao final de cada mês, a porção do custo referente ao preço do metal é ajustada pelo ganho ou perda nos *hedges* de valor justo, aproximando o custo do metal no estoque ao valor da LME média do mês de apuração. Pela política de riscos da Companhia, o estoque está próximo do valor de mercado e por isso não efetuamos testes de redução ao valor recuperável (*impairment*).

## J) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

### I.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, incluindo a participação em uma investida reconhecida por equivalência patrimonial, é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

i. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda acumulada que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável atribuível à aplicação do método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

Caso o valor justo de um título de dívida (*debt security*) disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda de valor é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Entretanto,

qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

## I.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa a partir de seu uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## K) Ativos classificados como não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes, ou os grupos de ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados conforme as políticas contábeis da Companhia. A partir de então, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda e os ganhos e perdas subsequentemente apurados são reconhecidos no resultado. Os ganhos não são reconhecidos quando excedem qualquer perda cumulativa por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizados não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos à aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.



#### L) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### M) Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

#### N) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas são registradas.

#### O) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em Controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da

Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis), perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

#### P) Imposto de renda e contribuição social

A Paranapanema possui decisão judicial transitada em julgado na Ação Declaratória nº 90.0003147-8 que reconheceu o direito ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), não tendo sido objeto de Ação Rescisória pela Fazenda Nacional, portanto, válida até os dias atuais.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

##### i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretas na data do balanço.

##### ii. Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda na controladora e 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social) nas Controladas.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;

- Diferenças relacionadas a investimentos em Controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### Q) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### R) Lucro por ação

A Companhia apura o saldo de lucro por ação com base na atribuição do resultado do exercício de cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o período.

#### S) Determinação do ajuste a valor presente

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Contas a receber de clientes compostas pela venda a prazo para clientes da Companhia com baixo risco de crédito. A taxa de desconto utilizada pela Companhia para o desconto a valor presente para esses itens é de 100% do CDI para mercado interno e Libor para mercado externo. A taxa de juros imputada em uma transação de venda é determinada no momento do registro inicial da transação e não é ajustada posteriormente.
- Contas a pagar a fornecedores compostos pelas compras a prazo. A taxa de desconto é calculada pela média mensal do DI.

#### T) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Parapanema e suas Controladas estão mencionadas abaixo:

A norma IFRS 9 *Financial Instruments* - (Instrumentos Financeiros), é efetiva para o exercício a iniciar-se após 1º de janeiro de 2018, e não foi adotada na preparação destas demonstrações financeiras Consolidadas. A Companhia pretende adotar tal norma tão logo sua adoção seja permitida pelo CPC e pela CVM.

A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos e traz mudanças aos requerimentos para contabilidade de *hedge*. A Companhia ainda está avaliando os potenciais impactos da adoção da norma, mas acredita que possivelmente sofrerá efeito significativo como resultado de sua adoção, com eventual possibilidade de melhor refletir suas estratégias econômicas de *hedge* em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes. Em 28 de maio de 2014, o IASB divulgou a referida norma, que exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletida na contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.

A Companhia, apesar de não ter concluído as análises referente a esta interpretação, não espera efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas Controladas.

- Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados - alteração da IAS 19.
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

## 05. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos		27.082	4.479	32.069	7.372
Aplicações financeiras	5.1	111.239	-	112.011	-
Cambiais recebidas (a)		132.792	72.145	132.792	72.145
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>271.113</b>	<b>76.624</b>	<b>276.872</b>	<b>79.517</b>
Aplicações financeiras	5.2	761.314	339.684	771.005	375.170
<b>Aplicações financeiras</b>		<b>761.314</b>	<b>339.684</b>	<b>771.005</b>	<b>375.170</b>
		<b>1.032.427</b>	<b>416.308</b>	<b>1.047.877</b>	<b>454.687</b>
<b>Aplicações financeiras ativo circulante</b>		<b>689.841</b>	<b>275.182</b>	<b>699.532</b>	<b>310.668</b>
<b>Aplicações financeiras ativo não-circulante</b>		<b>71.473</b>	<b>64.502</b>	<b>71.473</b>	<b>64.502</b>

(a) Referem-se a operações recebidas de clientes no Exterior, aguardando fechamento de câmbio, ou baixas de algum financiamento vinculado à exportação ou o momento em que a Companhia e suas Controladas tiverem necessidade de caixa ou alguma operação de compra na mesma moeda externa.

Devido ao cenário político e econômico incerto de 2014 a Companhia reforçou sua posição de liquidez através do aumento da posição de caixa em R\$593.190.

### 5.1 Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento, na data do Balanço Patrimonial, é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros. Em 31 de dezembro de 2014 eram remuneradas em média a 101,12% do CDI no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.

### 5.2 Demais aplicações financeiras

Referem-se a certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, sendo remuneradas em média a 101,12% do CDI (101,35% em 31 de dezembro 2013) no consolidado e na controladora, mensuradas ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía R\$162.296 (R\$149.901 em 31 de dezembro de 2013) de aplicações financeiras dadas em garantia de operação de compra de energia no mercado livre, cartão de crédito, *swap* de ações e em garantia a fiança bancária.

A Companhia, seguindo sua política de aplicação de recursos, mantém suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco e em títulos públicos federais em instituições financeiras nas quais avalia-se que sejam de primeira linha, de acordo com o *rating* divulgado pelas principais agências de risco.

## 06. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Cientes no país:</b>				
Terceiros	143.067	186.818	229.801	262.254
Ajuste a valor presente Terceiros	(1.181)	(2.193)	(1.584)	(2.918)
Partes Relacionadas (Nota 10.c)	180.433	158.807	-	-
AVP Partes Relacionadas (Nota 10.c)	(377)	(294)	-	-
Perda estimada do valor recuperável	(24.002)	(27.792)	(29.709)	(33.973)
<b>Cientes no exterior:</b>				
Terceiros	267.778	380.743	267.778	380.744
Ajuste a valor presente	(211)	(127)	(211)	(127)
	<u>565.507</u>	<u>695.962</u>	<u>466.075</u>	<u>605.980</u>
<b>Ativo circulante</b>	<b>563.651</b>	<b>693.720</b>	<b>463.778</b>	<b>603.738</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>1.856</b>	<b>2.242</b>	<b>2.297</b>	<b>2.242</b>

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
A vencer mais de 120 dias	7.040	10.080	8.886	19.262
A vencer de 91 a 120 dias	6.121	7.108	6.140	8.982
A vencer de 61 a 90 dias	24.854	22.847	24.867	25.937
A vencer de 31 a 60 dias	45.320	68.337	52.474	72.900
A vencer até 30 dias	481.115	587.959	372.123	479.136
Vencidas até 30 dias	3.908	1.654	4.100	2.217
Vencidas de 31 a 60 dias	2.213	500	2.572	500
Vencidas de 61 a 90 dias	2	1	3	1
Vencidas há mais de 120 dias	722	-	722	-
	<u>571.295</u>	<u>698.486</u>	<u>471.887</u>	<u>608.935</u>
Ajuste a valor presente	(1.769)	(2.614)	(1.795)	(3.045)
Outros	(4.019)	90	(4.017)	90
	<u>565.507</u>	<u>695.962</u>	<u>466.075</u>	<u>605.980</u>
<b>Ativo circulante</b>	<b>563.651</b>	<b>693.720</b>	<b>463.778</b>	<b>603.738</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>1.856</b>	<b>2.242</b>	<b>2.297</b>	<b>2.242</b>

6.1 A Companhia esta exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento do contas a receber. Para mitigar este risco possui políticas e normas para monitoramento de créditos e duplicatas vencidas. A Companhia constitui provisões para perda estimada como forma de redução do valor recuperável do contas a receber sempre que identifica evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado.

### 6.2 Ativos Mantidos para Venda

No exercício de 2014, por força de determinação judicial, a Companhia recebeu três imóveis avaliados em R\$14.670 decorrentes de recuperação de clientes inadimplentes, ambos classificados como "mantidos para venda". Um imóvel no montante de R\$4.318 encontra-se em processo de leilão, de acordo com o Contrato de Constituição de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia de Pagamento da Dívida, em conformidade com a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e outros dois imóveis no montante total de R\$ 10.353, oriundos de uma penhora judicial.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>(27.792)</u>	<u>(33.973)</u>
Reversões do exercício	<b>9.534</b>	<b>10.008</b>
Provisões do exercício	<b>(5.762)</b>	<b>(5.762)</b>
Realizados	<b>18</b>	<b>18</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<u><b>(24.002)</b></u>	<u><b>(29.709)</b></u>

O saldo da perda estimada do contas a receber de clientes é constituído por duplicatas vencidas há mais de 60 dias e duplicatas com evidências de que algum ativo pode vir a não ser liquidado, exceto quando há garantias ou adiantamentos em aberto. A despesa com a constituição da perda estimada do valor recuperável é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

## 07. Estoques

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Produtos acabados	<b>255.805</b>	221.719	<b>255.805</b>	221.719
Produtos em processo	<b>316.055</b>	281.343	<b>316.055</b>	281.343
Matérias-primas	<b>640.979</b>	726.091	<b>640.979</b>	726.091
Importações em andamento	<b>108.674</b>	48.490	<b>108.674</b>	48.490
Materiais de manutenção e outros	<b>18.784</b>	14.265	<b>18.784</b>	14.265
Matéria prima em trânsito	<b>14.394</b>	56.607	<b>17.024</b>	56.607
Materiais para revenda	<b>2.183</b>	1.630	<b>12.416</b>	7.572
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	<b>889</b>	19.399	<b>889</b>	19.399
Perda estimada do valor recuperável	<b>(377)</b>	<b>(377)</b>	<b>(377)</b>	<b>(377)</b>
	<u><b>1.357.386</b></u>	<u>1.369.167</u>	<u><b>1.370.249</b></u>	<u>1.375.109</u>

A constituição ou reversão de perdas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais”. A perda estimada é constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 5 anos. Não houve provisão ou reversão para perda dos estoques no período de 2014 (R\$210 em dez 2013).

A escória tratada historicamente como rejeito do processo de refino de cobre passou a ser estudada em 2014 pela Companhia para aplicações futuras. A Administração pretende finalizar este estudo em 2015.

## 08. Impostos e contribuições a recuperar

		Controladora			
		2014		2013	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(a)	-	23.311	-	14.305
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		4.684	-	-	1.309
Imposto de renda e contribuição social antecipados		931	-	-	11.776
Programa de integração social-PIS	(c)	15.652	1.581	4.516	1.537
Programa de integração social-PIS - Exportação	(c)	10.663	3.171	23.107	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(b)	55.791	-	23.347	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	(c)	14.371	1.692	-	21.697
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Expc	(c)	21.145	67.768	55.694	72.233
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	(d)	15	38.841	-	23.878
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		7.604	2.916	8.060	8.478
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		1.388	271	1.294	271
Reintegra	(e)	-	69.414	63.509	-
Taxa de licença de importação	(g)	-	29.544	-	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	(4.196)	-	(4.196)
Outros		457	-	335	-
		<b>132.701</b>	<b>234.313</b>	<b>179.862</b>	<b>151.288</b>

  

		Consolidado			
		2014		2013	
	Notas	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto sobre operações financeiras-IOF	(a)	-	23.311	-	14.305
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		5.740	-	1.129	1.309
Imposto de renda e contribuição social antecipados		1.133	-	1.912	11.776
Programa de integração social-PIS	(c)	15.707	1.581	4.516	1.537
Programa de integração social-PIS - Exportação	(c)	10.663	3.171	23.107	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(b)	56.685	-	23.929	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	(c)	14.627	1.692	-	21.697
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS - Expc	(c)	21.145	67.768	55.694	72.233
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	(d)	1.200	38.841	875	23.878
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		7.604	2.916	8.060	8.478
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		1.388	271	1.294	271
Reintegra	(e)	-	69.414	63.509	-
Taxa de licença de importação	(g)	-	29.544	-	-
Perda estimada do valor recuperável	(f)	-	(4.196)	-	(4.196)
Outros		457	-	335	-
		<b>136.349</b>	<b>234.313</b>	<b>184.360</b>	<b>151.288</b>

- a) Em 15 de maio de 2000, a Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema em 2009, obteve sentença definitiva confirmando a restituição dos valores pagos entre abril de 1990 e outubro de 1991, a título de IOF sobre os seus ativos financeiros, em obediência à Lei nº 8.033/90 (Plano Collor). A Companhia obteve êxito definitivo no julgamento do mérito que reconheceu o direito creditório. Atualmente, aguarda-se inclusão na previsão do orçamento e expedição do respectivo precatório.
- b) Refere-se substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerados em suas operações, demonstrado pelo seu valor líquido de realização.



- c) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.
- d) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante, a Companhia efetuou o pedido de restituição com processo administrativo e aguarda homologação da Receita Federal para compensar ou restituir o valor.
- e) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da lei 12.844/2013 aplicando-se às exportações realizadas até 31 de dezembro de 2014.
- f) Constituição de provisão para perda de Impostos a restituir referente a saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2003, que após análise pela Receita Federal do Brasil foi objeto de glosa sob alegação de prescrição do crédito. A Companhia protocolou manifestação de inconformidade e aguarda decisão definitiva do processo em questão. Os consultores jurídicos da Companhia classificaram o processo como remoto para fins de obtenção de êxito no pleito.
- g) Restituição de valores referente à taxa de licença de importação, com a ação de repetição de indébito movida contra a União Federal. Atualmente, os autos estão na fase de cumprimento de sentença.

A Companhia, com base em análises e projeção orçamentária aprovada pela Administração, não prevê riscos da não realização dos demais créditos tributários.

## 09. Outros ativos circulantes e não circulantes

### 9.1 Demais contas a receber

		Controladora			
		2014		2013	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Adiantamentos a fornecedores		1.225	-	813	-
Depósitos chamada de margem	(a)	-	-	14.793	-
Adiantamentos a funcionários		1.230	-	1.705	-
Contas a receber de seguros		-	-	1.784	-
Precatórios federais		-	5.539	-	4.966
Precatórios municipais		-	7.049	-	6.346
Desapropriação		1.035	2.140	325	1.947
Valor a receber Alienação Cibrafétil		1.053	-	2.284	-
Recuperação Plano Coletivo Brasilprev	(b)	5.265	-	-	-
Semasa	(c)	-	45.781	-	-
Prefeitura Manaus	(d)	-	17.420	-	-
Outras		2.834	567	839	1.420
Perda estimada do valor recuperável		(294)	-	(373)	-
		<b>12.348</b>	<b>78.496</b>	<b>22.170</b>	<b>14.679</b>

		Consolidado			
		2014		2013	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Adiantamentos a fornecedores		134	-	556	-
Depósitos chamada de margem	(a)	-	-	14.793	-
Adiantamentos a funcionários		1.234	-	1.705	-
Contas a receber de seguros		-	-	1.784	-
Precatórios federais		-	5.539	-	4.966
Precatórios municipais		-	7.049	-	6.346
Desapropriação		1.035	2.140	325	1.947
Valor a receber Alienação Cibrafétil		1.053	-	2.284	-
Recuperação Plano Coletivo Brasilprev	(b)	5.265	-	-	-
Semasa	(c)	-	45.781	-	-
Prefeitura Manaus	(d)	-	17.420	-	-
Outras		2.834	567	1.038	1.420
Perda estimada do valor recuperável		(292)	-	(373)	-
		<u>11.263</u>	<u>78.496</u>	<u>22.112</u>	<u>14.679</u>

- a) A linha “Depósitos chamada de margem” refere-se a valores que são depositados junto a *Brokers* de Metal para cobrir a exposição da Companhia assim que os limites estabelecidos são ultrapassados. A Companhia possui limite para operar junto a diversos *Brokers* e, em decorrência dos volumes contratados, e das variações das *commodities* (cobre/zinco/estanho/chumbo) de acordo com o preço divulgado pela LME (*London Metal Exchange*) este limite pode ser ultrapassado; quando essa situação é verificada ocorre à chamada de margem.
- b) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia conforme critérios descritos na nota explicativa 28.
- No contrato está definido que o valor acumulado na reserva coletiva poderá ser utilizado para ajustar ou melhorar os benefícios ou para quitar suas contribuições futuras.
- c) Valor referente à ação movida contra o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André-SEMASA, para extinguir prospectivamente a cobrança indevida da taxa de coleta de esgoto das suas unidades de Utinga e Capuava e cobrar a devolução do valor pago nos últimos 20 anos, em dobro. Foi iniciada a execução provisória em outubro de 2014. O valor principal da ação é de R\$ 10.684 (Nota 21) e os juros e atualização monetária é de R\$ 35.097 (Nota 22), totalizando R\$45.781.
- d) Valor referente à Ação Ordinária movida contra o Município de Manaus, visando o recebimento dos valores devidos em virtude da realização das Obras Complementares do Complexo Viário das Flores. A Companhia obteve decisão definitiva quanto ao recebimento dos valores devidos pelo município. Está pendente decisão relativa aos recursos interpostos pelo município, que contesta a forma de atualização dos valores devidos a Companhia. O valor principal da ação é de R\$ 4.741 (Nota 21) e os juros e atualização monetária é de R\$ 12.679 (Nota 22), totalizando R\$17.420.

## 9.2 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhista	22.082	21.289	22.082	21.289
Previdenciário	4.060	4.575	4.060	4.575
Cível	2.793	13.383	2.793	13.383
Tributário	13.876	13.876	13.876	13.876
Precatórios	3.734	2.886	3.734	2.886
Outros	1.637	4.419	1.637	4.419
	<b>48.182</b>	<b>60.428</b>	<b>48.182</b>	<b>60.428</b>

Em 19 de setembro de 2008, foi celebrado o Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Participações e Outras Avenças entre Paranapanema e Mineração Taboca. Algumas obrigações previstas no Contrato ficaram pendentes de solução no pós-fechamento do Contrato. Objetivando a resolução dos assuntos pendentes, em 22 de dezembro de 2014, a Paranapanema e a Mineração Taboca celebraram o Termo de Compromisso do qual isentou a Paranapanema de toda e qualquer responsabilidade nas ações contra o Banco Santos. Desta forma o valor de R\$ 12.064 correspondentes à integralidade dos depósitos judiciais existentes em garantia dos processos foi devolvido à Paranapanema e o respectivo depósito judicial baixado.

## 10. Investimentos e partes relacionadas

### a) Demonstrações financeiras resumidas dos investimentos em 31 de dezembro de 2014

Empresas	Saldo de investimentos		Equivalência		Informações financeiras resumidas							
	2014	2013	2014	2013	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado Acumulado
Paraibuna Agropec. Ltda.	598	598	-	-	-	804	206	-	6.400	598	-	-
PINC - Paranapanema (USA) Inc.	-	89	(11)	(14)	-	-	-	-	-	-	-	(11)
PMA Imp. e Exp. Ltda.	-	238	(3)	(4)	-	-	-	-	-	-	-	(3)
CINC - Caraiba Incorporated Ltda..	153	82	60	83	153	-	-	-	3	153	241.161	60
CDPC - Centro Distrib. Prods. Cobre Ltda.	9.434	8.779	654	6.316	184.710	10.577	185.838	15	22.000	9.434	2.584.426	654
	<b>10.185</b>	<b>9.786</b>	<b>700</b>	<b>6.381</b>	<b>184.863</b>	<b>11.381</b>	<b>186.044</b>	<b>15</b>	<b>28.403</b>	<b>10.185</b>	<b>2.825.587</b>	<b>700</b>

### b) Movimentação de investimentos da empresa controladora

	2014					2013
	Paraibuna Agropec. Ltda.	PMA Importadora e Exportadora Ltda.	PINC - Paranapanema USA Inc.	CINC - Caraiba International	CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda.	Total
No início do período	598	238	89	82	8.780	9.787
Reversão Provisão PL negativo	-	-	-	-	-	-
Constituição / aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Variação cambial de investimento no exterior	-	-	(6)	11	-	5
Equivalência patrimonial	-	(3)	(11)	60	654	700
Operação descontinuada	-	(235)	(72)	-	-	(307)
<b>No fim do período</b>	<b>598</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>153</b>	<b>9.434</b>	<b>10.185</b>

c) Saldos e transações da empresa controladora com partes relacionadas

Controladas diretas	Ativo circulante	Passivo circulante	Vendas de mercadorias e serviços	Compras de mercadorias e serviços
<b>Contas a receber / pagar</b>				
CDPC -Centro de Distr. de Prods. Cobre Ltda.	180.230	72.940	2.565.300	(811.078)
Paraibuna Agropecuária Ltda.	206	-	-	-
CINC - Caraiba Incorporated Ltda..	-	-	-	4.590
	<u>180.436</u>	<u>72.940</u>	<u>2.565.300</u>	<u>(806.488)</u>
Ajuste a valor presente - CDPC	(380)	(139)	-	-
	<u>(380)</u>	<u>(139)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>180.056</u>	<u>72.801</u>	<u>2.565.300</u>	<u>(806.488)</u>
Total em 31 de dezembro de 2013	158.671	49.578	2.711.590	(783.783)

O saldo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$180.230, registrado no contas a receber, refere-se a transações de venda entre a controladora e sua Controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

Quanto ao valor de R\$72.940, registrado no passivo circulante, refere-se à compra de Catodo de cobre e sucata de cobre da Controlada.

d) Honorários da Administração

A Companhia considerou como “Pessoal chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Remuneração dos conselheiros e estatutários	(7.141)	(6.771)	(7.141)	(6.771)
Participação de resultados	(3.035)	(6.940)	(3.035)	(6.940)
Encargos sociais de diretores e conselheiros	(2.035)	(756)	(2.035)	(756)
Previd. privada, assist. médica e seguro de vida	(935)	(54)	(935)	(54)
	<u>(13.146)</u>	<u>(14.521)</u>	<u>(13.146)</u>	<u>(14.521)</u>

Os valores descritos no quadro acima estão registrados substancialmente na rubrica “Honorários da Administração”.

De acordo com o IAS 24 (alterações) /CPC 05 (R1), os membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração não são partes de contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo e remuneração com base em ações.

## e) Negócios com Partes Relacionadas

Em 05 de setembro de 2014, a Companhia comunicou ao mercado que, em 28 de agosto de 2014, o Conselho de Administração, em conformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, autorizou a Diretoria a contratar linhas de crédito, no montante de até R\$100 milhões, junto a Caixa Econômica Federal (“CEF”), acionista com participação equivalente a 17,23% do total das ações de emissão da Companhia. A contratação é condicionada aos termos e condições ofertados pela CEF, os quais devem ser iguais ou mais competitivos que outras linhas de crédito disponíveis à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui aplicações financeiras com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$97.192 e Empréstimos no valor de R\$99.992.

## 11. Imobilizado e intangível

### 11.1. Movimentação sumária:

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora					Perda estimada do valor Recuperável	2014
		2013	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Amortização		
IMOBILIZADO								
Terrenos		180.533	-	(369)	-	-	-	180.164
Edificações		267.497	-	-	17.946	-	-	285.443
Aterro Industrial		8.573	-	-	-	-	-	8.573
Máquinas e equipamentos		1.224.016	-	(8.723)	91.017	-	-	1.306.310
Veículos		2.036	-	-	-	-	-	2.036
Móveis e Utensílios		27.330	-	-	2.211	-	-	29.541
Imobilizado em andamento		199.274	59.867	(26.790)	(113.280)	-	(1.171)	117.900
Peças Sobressalentes		46.473	3.987	-	-	-	-	50.460
Custo		1.955.732	63.854	(35.882)	(2.106)	-	(1.171)	1.980.427
Edificações	2,2	(61.232)	-	-	-	(8.716)	-	(69.948)
Aterro Industrial	25	(8.573)	-	-	-	-	-	(8.573)
Máquinas e equipamentos	8,5	(457.194)	-	4.590	-	(109.203)	-	(561.807)
Veículos	20	(1.912)	-	-	-	(42)	-	(1.954)
Móveis e Utensílios	10	(22.906)	-	-	-	(1.364)	-	(24.270)
Depreciação Acumulada		(551.817)	-	4.590	-	(119.325)	-	(666.552)
Total Imobilizado		1.403.915	63.854	(31.292)	(2.106)	(119.325)	(1.171)	1.313.875
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares		43.728	-	-	2.106	-	-	45.834
Custo		43.728	-	-	2.106	-	-	45.834
ERP/Softwares	20	(39.289)	-	-	-	(1.555)	-	(40.844)
Amortização Acumulada		(39.289)	-	-	-	(1.555)	-	(40.844)
Total Intangível		4.439	-	-	2.106	(1.555)	-	4.990

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado					Perda estimada do valor Recuperável	2014
		2013	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação Amortização		
IMOBILIZADO								
Terrenos		181.338	-	(369)	-	-	-	180.969
Edificações		267.497	-	-	17.946	-	-	285.443
Aterro Industrial		8.573	-	-	-	-	-	8.573
Máquinas e equipamentos		1.224.094	21	(8.723)	91.017	-	-	1.306.409
Veículos		2.036	-	-	-	-	-	2.036
Móveis e Utensílios		27.396	-	-	2.211	-	-	29.607
Imobilizado em andamento		199.274	59.867	(26.790)	(113.280)	-	(1.171)	117.900
Peças Sobressalentes		46.476	3.987	-	-	-	-	50.463
Custo		1.956.684	63.875	(35.882)	(2.106)	-	(1.171)	1.981.400
Edificações	2,2	(61.232)	-	-	-	(8.716)	-	(69.948)
Aterro Industrial	25	(8.573)	-	-	-	-	-	(8.573)
Máquinas e equipamentos	8,5	(457.217)	-	4.590	-	(109.212)	-	(561.839)
Veículos	20	(1.912)	-	-	-	(42)	-	(1.954)
Móveis e Utensílios	10	(22.952)	-	-	-	(1.376)	-	(24.328)
Depreciação Acumulada		(551.886)	-	4.590	-	(119.346)	-	(666.642)
Total Imobilizado		1.404.798	63.875	(31.292)	(2.106)	(119.346)	(1.171)	1.314.758
INTANGÍVEL								
ERP/Softwares		43.728	-	-	2.106	-	-	45.834
Custo		43.728	-	-	2.106	-	-	45.834
ERP/Softwares	20	(39.289)	-	-	-	(1.555)	-	(40.844)
Amortização Acumulada		(39.289)	-	-	-	(1.555)	-	(40.844)
Total Intangível		4.439	-	-	2.106	(1.555)	-	4.990

Do montante de R\$63.875 referente às adições líquidas do exercício de 2014, R\$68.673 referem-se às adições imobilizado em andamento e peças sobressalentes e (R\$4.798) corresponde à variação cambial de adiantamentos a fornecedores.

#### 11.1 a) Baixa de Imobilizado em andamento:

Em 2010 a Companhia adquiriu ativos oriundos de fábrica de laminados de cobre e suas ligas na Polônia, que se encontrava desativada em decorrência de processo falimentar. Os equipamentos foram divididos em duas partes, a primeira que contemplaria equipamentos a serem instalados na unidade de Utinga - Santo André (SP) e a segunda que seria para a instalação de uma nova linha de laminados a quente na cidade de São Mateus (ES).

Os equipamentos da primeira fase, destinados à unidade de Utinga, foram recebidos no Brasil em 2012 e serão instalados em 2015.

No que se refere à segunda parte dos equipamentos, baseada em estudos técnicos realizados posteriormente à data de aquisição, a Administração concluiu que não havia justificativas, técnicas ou econômicas, para prosseguir com a instalação dos equipamentos em São Mateus. O Conselho de Administração da Companhia decidiu em 24 de fevereiro de 2014, cancelar o projeto, resultando uma baixa contábil no valor de R\$25.629.

#### 11.1 b) Descontinuidade da unidade de Capuava.

Em 20 de fevereiro de 2014, a Paranapanema divulgou comunicado ao mercado informando que sua nova fábrica de tubos de cobre sem costura (*Cast & Roll*), inaugurada em outubro de 2013, alcançou, em fevereiro de 2014, nível de produção suficiente para o atendimento

da demanda do mercado, e que, em razão disso, as linhas produtivas de tubos localizadas na unidade de Capuava seriam desativadas. Hoje, restam em operação na unidade de Capuava apenas as linhas de produção de tubos retos, as quais serão transferidas para a unidade de Utinga, em Santo André (SP) ao longo dos próximos doze meses..

O valor residual dos equipamentos que não serão transferidos para unidade de Utinga totalizam R\$1.022 em 31 de dezembro de 2014 e serão desativados até fevereiro de 2015.

#### 11.2 Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de imobilizações em andamento, apresentadas no consolidado, era de R\$117.900 (R\$199.274 em 31 de dezembro de 2013), e estavam substancialmente representadas por:

11.2.1 A unidade de Dias d'Ávila-BA: possui saldo no montante de R\$71.302 (R\$103.451 em 31 de dezembro de 2013), referentes a diversos projetos oriundos da necessidade de melhoria na produção de Catodo de cobre. Os principais projetos são: i) Manutenção da atividade operacional; ii) Atualização tecnológica e expansão da fábrica; iii) Aquisição nova Trefila; iv) Troca de refratários dos Fornos Asarco e de espera Laminação.

11.2.2 As unidades de Santo André-SP e Vitória-ES possuem saldos no montante de R\$46.598 (R\$95.823 em 31 de dezembro de 2013), sendo os principais projetos: i) Automação da Fundição da unidade Vitória; ii) Expansão e atualização tecnológica das linhas de produção.

#### 11.2.3 Custos de empréstimos capitalizados

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção e atualização do parque fabril, descrito nos itens 11.2.1 e 11.2.2, cuja previsão de entrada em operação é 1º trimestre de 2015, são capitalizados com parte do custo do correspondente projeto. Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo.

Os custos de empréstimos capitalizados foram:

Projeto	Nota	Controladora	
		2014	2013
-Construção de nova fabrica de tubos	11.2.2 i	-	1.455
-Expansão das linhas de produção	11.2.2 ii	3.443	8.913
-Atualização tecnológica e expansão da fabrica	11.2.1 ii	2.908	8.806
		<b>6.351</b>	<b>19.174</b>

As taxas são calculadas de acordo com a média dos empréstimos captados e utilizados para a aquisição do imobilizado.

#### 11.3. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2014, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos Individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

#### 11.4 Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu bens móveis integrantes do seu ativo imobilizado em garantia de processos trabalhistas e fiscais, que em 31 de dezembro de 2014 totalizavam R\$65.937 (R\$66.165 em 31 de dezembro de 2013). Caso ocorra decisão desfavorável em relação a algum processo, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado em garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção, que em 31 de dezembro de 2014 totalizavam R\$332.715 (R\$327.328 em 31 de dezembro de 2013).

#### 11.5 Intangível

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste anual de recuperação de seus ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2014, os quais foram estimados com base nos valores em uso utilizando os fluxos de caixa descontados, e evidenciaram que o valor estimado de mercado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação, assim como, no decorrer do período, não houve quaisquer evidências de perda de valor de ativos Individuais ou grupo de ativos relevantes. Eventuais impactos de perda de recuperabilidade são destacados em nota explicativa, quando relevantes.

## 12. Fornecedores

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2014	2013	2014	2013
Nacionais					
Fornecedores - Partes Relacionadas	10.b	72.801	49.477	-	-
Fornecedores - Mercadorias		56.537	58.635	56.528	58.810
Fornecedores - Serviços		23.383	9.530	23.401	9.568
Fornecedores - Fretes e Transportes		15.307	14.637	17.343	17.379
Fornecedores - Energia Elétrica/Água e Esgoto/Gás		4.000	6.316	4.000	6.316
Fornecedores - Seguros		850	436	850	436
Fornecedores - Outros		399	750	399	751
Ajuste a valor presente		(98)	(106)	(101)	(114)
		173.179	139.675	102.420	93.146
Exterior					
Fornecedores - Mercadorias		1.756.078	1.481.914	1.756.078	1.482.599
		1.756.078	1.481.914	1.756.078	1.482.599
		1.929.257	1.621.589	1.858.498	1.575.745
Passivo circulante - Terceiros		1.926.710	1.614.849	1.855.951	1.569.005
Passivo não-circulante		2.547	6.740	2.547	6.740



## 13. Empréstimos e financiamentos

### a) Captados a curto prazo (BRL)

	Controladora		Consolidado	
	Passivo circulante		Passivo circulante	
	2014	2013	2014	2013
Financiamentos de comércio exterior	542.934	426.143	542.934	426.143
	<b>542.934</b>	<b>426.143</b>	<b>542.934</b>	<b>426.143</b>

Em 31 de dezembro de 2014, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a curto prazo eram como segue:

	Controladora	Consolidado
Todas as taxas estão entre 1,9% e 2,6%.....	542.934	542.934
	<b>542.934</b>	<b>542.934</b>

### b) Captados a longo prazo

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Não circulante		Passivo circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Financiamentos de importação	8.109	12.067	33.597	50.244	8.109	12.067	33.597	50.244
Empréstimos em moeda estrangeira	135.133	35.477	265.620	231.895	135.133	35.477	265.620	231.895
	<b>143.242</b>	<b>47.544</b>	<b>299.217</b>	<b>282.139</b>	<b>143.242</b>	<b>47.544</b>	<b>299.217</b>	<b>282.139</b>

Em 31 de dezembro de 2014, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a longo prazo no mercado externo eram como segue:

	Controladora	Consolidado
Até 3%.....	15.400	15.400
Acima de 3%.....	427.059	427.059
	<b>442.459</b>	<b>442.459</b>

	Controladora				Consolidado			
	Passivo circulante		Não circulante		Passivo circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Financiamento de Projetos	12.922	6.074	43.907	40.127	12.926	6.074	43.922	40.127
Banco do Nordeste do Brasil - FNE	48.206	22.570	168.321	202.597	48.206	22.570	168.321	202.597
NCE	1.815	17.155	72.500	73.750	1.815	17.155	72.500	73.750
	<b>62.943</b>	<b>45.799</b>	<b>284.728</b>	<b>316.474</b>	<b>62.947</b>	<b>45.799</b>	<b>284.743</b>	<b>316.474</b>

Em 31 de dezembro de 2014, as taxas de juros anuais sobre as dívidas captadas a longo prazo no mercado interno como segue:

	Controladora	Consolidado
Até 5%.....	6.995	7.014
De 5% até 8%.....	98.745	98.745
Acima de 8%.....	241.931	241.931
	<b>347.671</b>	<b>347.690</b>

### c) Total de empréstimos e financiamentos (BRL)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo circulante (a + b).....	1.333.064	1.118.099	1.333.083	1.118.099
Passivo não-circulante (b).....	583.945	598.613	583.960	598.613

As parcelas de longo prazo em 31 de dezembro de 2014 tem o seguinte vencimento (BRL):

	Controladora	Consolidado
2016.....	205.656	205.671
2017.....	272.482	272.482
2018.....	66.614	66.614
2019.....	39.193	39.193
	<b>583.945</b>	<b>583.960</b>

### Garantias:

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e financiamentos captados a longo prazo denominados FINEM (BNDES), FINAME (BNDES), FNE (BNB) e FINIMP, estão garantidos por bens do ativo imobilizado. O valor líquido contábil destes ativos é de R\$332.715, suficiente para a cobertura dos respectivos empréstimos, sendo R\$259.035 de terrenos e instalações e R\$73.680 de máquinas e equipamentos.

A Companhia possui empréstimos bancários (pré-pagamentos de exportação) no montante de R\$400.753 em 31 de dezembro de 2014 (R\$251.212 em 31 de dezembro de 2013). De acordo com os termos do contrato, estes empréstimos serão pagos durante os próximos 3 anos. O contrato contém *covenants* medidos trimestralmente pelo resultado acumulado do último período de 12 meses, medidos com base nos índices de dívida líquida dividida por EBITDA Ajustado, que não pode ser maior do que 3,5, índice do ativo circulante dividido pelo passivo circulante (Liquidez Corrente) que deve ser maior ou igual a 0,85 e o índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido que deve ser menor ou igual a 0,85.

A Companhia apresentou conformidade com os *covenants* em 31 de dezembro de 2014.

## 14. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisões de férias	23.721	25.334	23.753	25.375
Fundo de garantia por tempo de Serviço	993	1.938	996	1.941
Previdência social	5.726	7.037	5.759	7.059
Previdência privada	730	677	730	677
Participação nos resultados	13.899	15.103	13.921	15.103
Outros	33	36	33	36
<b>Passivo circulante</b>	<b>45.102</b>	<b>50.125</b>	<b>45.192</b>	<b>50.191</b>

## 15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto circulação de mercadorias e serviços - ICMS	10.553	10.050	10.744	10.625
Imposto sobre produtos industrializados - IPI	2.355	2.192	2.355	2.192
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.563	2.945	2.567	2.948
Programa de integração social - PIS	-	24	29	41
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS	-	113	134	193
Imposto sobre serviços - ISS	568	417	572	419
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços	326	446	326	451
Outros	60	303	60	303
	<b>16.425</b>	<b>16.490</b>	<b>16.787</b>	<b>17.172</b>
Passivo circulante	16.150	15.652	16.512	16.334
Passivo não-circulante	275	838	275	838

### Considerações gerais

O sistema tributário brasileiro é de auto lançamento, portanto, as declarações de renda arquivadas permanecem abertas para revisão pelas autoridades fiscais por um período de cinco anos, contados da data de arquivamento.

## 16. Provisão para demandas judiciais

### 16.1) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas Controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente, como segue:

	Controladora / Consolidado	
	2014	2013
<b>Tributárias</b>	-	6.349
<b>Previdenciárias</b>	-	939
<b>Trabalhistas</b>	175.152	155.312
<b>Cíveis</b>	18.516	17.022
	<b>193.668</b>	<b>179.622</b>

A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais.

O saldo das contingências tributárias de 31 de dezembro de 2013 trata-se de processos administrativos em trâmite perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo objeto reside na cobrança de Imposto de Importação (II) e Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) ou recolhimento do Programa de Integração Social (PIS) e sobre a cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), em decorrência de inobservância de obrigação acessória.

Em 17 de julho de 2014, a Diretoria aprovou a adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 13 de agosto de 2014.

A adesão ao REFIS teve um efeito de R\$ 927 no resultado da controladora e no consolidado, referente ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos anteriormente não reconhecidos, reversão de multa e juros e encargos legais registrados na demonstração do resultado:

	<b>Montante das dívidas</b>	<b>Redução por desconto</b>	<b>Prejuízos fiscais</b>	<b>Pagamento em dinheiro</b>
Imposto de Importação	889	-	70% (621)	(268)
Multa	667	100% (667)	-	-
Encargos legais	530	100% (530)	-	-
Juros	3.741	45% (1.682)	70% (1.439)	(620)
<b>Total</b>	<b>5.827</b>	<b>(2.879)</b>	<b>(2.060)</b>	<b>(888)</b>

	<b>Montante das dívidas</b>	<b>Redução por desconto</b>	<b>Prejuízos fiscais</b>	<b>Pagamento em dinheiro</b>
PIS/COFINS -Retificação DI	65	-	70% (45)	(20)
Multa	49	100% (49)	-	-
Juros	112	45% (51)	70% (42)	(19)
<b>Total</b>	<b>226</b>	<b>(100)</b>	<b>(87)</b>	<b>(39)</b>

Em relação à provisão para contingência trabalhista, trata-se de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente não são relevantes para os negócios da Companhia.

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	<b>Controladora / Consolidado</b>				
	<b>Tributárias</b>	<b>Previdenciárias</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>6.349</b>	<b>939</b>	<b>155.312</b>	<b>17.022</b>	<b>179.622</b>
Provisão	537	-	50.618	34.454	85.609
Reversão	(6.509)	(939)	(7.608)	(28.565)	(43.621)
Baixas	(377)	-	(23.170)	(4.395)	(27.942)
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>175.152</b>	<b>18.516</b>	<b>193.668</b>

## 16.2) Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

Os processos cujo risco é avaliado como possível estão sumariados a seguir. Os de maior relevância são de natureza tributária e estão comentados nos itens de "a" a "d":

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas	130.222	107.496	130.222	107.496
Tributárias	744.440	1.094.854	807.056	1.170.892
Previdenciárias	20.304	23.032	20.304	23.032
Cíveis	306.870	294.509	306.870	294.509
	<b>1.201.836</b>	<b>1.519.891</b>	<b>1.264.452</b>	<b>1.595.929</b>

a) Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL

Em 1992, por decisão judicial transitada em julgado, a Companhia Caraíba Metais S.A., incorporada pela Paranapanema em 2009, obteve o direito de não recolher a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), instituída pela Lei nº 7.689/88.

Essa decisão foi questionada pela Fazenda Nacional por meio de ação rescisória, que visava o restabelecimento da sujeição da Caraíba Metais S.A. ao recolhimento da CSLL. A referida ação rescisória foi julgada procedente à União com o acolhimento do pedido, e transitou em julgado em 2010.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a decisão que desconstituiu o direito da Caraíba Metais S.A. não pode retroagir seus efeitos desde o ano do surgimento da Lei, motivo pelo qual não se registra provisão para esta contribuição a partir do ano-base de 1992. Nos períodos anteriores a esta data, a Caraíba Metais S.A. não apurou base de cálculo positiva de CSLL.

Contudo, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou cinco autos de infração relativos ao recolhimento da CSLL, relativos aos anos calendários de 1994 a 2008. Três dos cinco autos de infração, já são alvos de Execuções Fiscais, as quais foram garantidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estima os valores envolvidos em R\$466.665 (R\$451.230 em 31 de dezembro de 2013).

b) Imposto de Importação, PIS e COFINS – Drawback

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração, em 11/09/2007, com o objetivo de exigir da Companhia os débitos de Imposto de Importação (II), PIS e COFINS sobre operações de importações realizadas mediante regime especial de *Drawback* (*Drawback*-isenção no período de 2004 a 2006) sob o argumento de que estaria sendo duplamente beneficiada pelo referido regime em virtude do fato de não ter havido pagamento de tributos nas operações anteriores. Em 05 de junho de 2014, foi publicado acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que cancelou integralmente a autuação fiscal. Os autos foram encaminhados ao arquivo e excluídos da contingência passiva da Companhia, dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, não há valor referente a esta ação (R\$413.172 em 31 de dezembro de 2013).

c) Multa isolada IPI e IRPJ

Auto de infração (Processo nº 13502.000085/2009-63) visando à cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela Companhia.

Em 24 de agosto de 2010, a Companhia obteve êxito parcial no julgamento do recurso apresentado, tendo sido reconhecida, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada. Assim, em decorrência do êxito parcial nos autos, em valores históricos, a autuação foi reduzida de R\$78.029 para R\$43.215. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estima o valor não provisionado e devidamente atualizado, em R\$70.984 (R\$68.156 em 31 de dezembro de 2013). Atualmente, o Processo Administrativo se encontra no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para julgamento do Recurso Especial interposto pela Companhia.

d) PIS e COFINS Não cumulativo

Auto de Infração (Processo nº 13502.001320/2009-14) lavrado por suposta falta de recolhimento das obrigações tributárias relativas à PIS e COFINS não cumulativo, relativo ao período de novembro de 2004 a janeiro de 2005. Em 12 de maio de 2012, a Companhia apresentou recurso contra a decisão que julgou parcialmente procedente a Manifestação de Inconformidade, o qual foi parcialmente provido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia estima os valores envolvidos, não provisionados, atualizados em R\$38.363 (R\$34.593 em 31 de dezembro de 2013).

16.2.1) Outros riscos não provisionados relevantes:

Massa Falida do Banco Santos

Trata-se de execução movida pela Massa Falida do Banco Santos em face da Eluma S.A. Indústria e Comércio, incorporada pela Paranapanema, na qual o Banco Santos executa dois contratos de cessão de crédito de exportação (a “Execução”). Em 2011, a Execução foi extinta, diante da inexigibilidade dos títulos, além da quitação do débito. A Massa Falida do Banco Santos apresentou recurso de Apelação, a qual foi negada provimento. Face a essa decisão, a Massa Falida do Banco Santos interpôs Recurso Especial que teve seguimento negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Aguardando julgamento de agravo em recurso especial, interposto pela Massa Falida do Banco Santos.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor da causa atualizado é de R\$232.049 (R\$207.289 em 31 de dezembro de 2013) avaliado como risco possível.

Contrato UBS Pactual S.A. e Santander S.A.

A Paranapanema celebrou, em 22 de agosto de 2008, Instrumento Particular de Troca de Parâmetro (SWAP) com os bancos UBS Pactual S.A. e Santander S.A., cujo objeto era o preço da ação da Paranapanema (os “Contratos”). Os Contratos foram objetos de questionamentos em procedimento arbitral iniciado pelo Banco Santander S.A., que culminou com sentença arbitral desfavorável a Paranapanema, proferida pelo Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, que responsabilizava a Paranapanema pelo pagamento de importâncias no valor aproximado de R\$292.000 corrigidos pelo IGP-M e acrescido de juros de 1% am. Em face da sentença arbitral, a Paranapanema ingressou com ação anulatória na justiça comum, com o objetivo de anular a sentença arbitral. Tal anulação foi obtida e confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 03 de julho de 2014. Como não foi obtida nenhuma decisão quanto ao mérito das questões debatidas, os Contratos ainda podem ser objetos de novos questionamentos.

## 17. Outros passivos circulantes e dividendos a pagar

		Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Adiantamentos de Clientes		111.214	5.559	111.833	6.746
Cartão de Crédito	(a)	56.080	-	56.080	-
Provisões Diversas		16.219	15.479	16.219	16.182
Créditos de Clientes		1.282	1.078	3.085	3.133
Dividendos a pagar		-	146	-	146
Outros		109	531	111	393
Passivo circulante		184.904	22.793	187.328	26.600

- a) Cartão de crédito utilizado para pagamento de obrigações com fornecedores, com prazo de pagamento de até 40 dias, utilizando um limite de USD 50 milhões dólares norte americanos.

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, é de R\$1.382.990 (um bilhão, trezentos e oitenta e dois milhões, novecentos e noventa mil reais), dividido em 319.176.942 ações escriturais, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária do capital da Companhia é como segue:

		2014		2013	
		%	Ordinárias	%	Ordinárias
Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil - PREVI	23,96%	76.468.727	23,96%	76.468.727	
Caixa Econômica Federal	17,23%	54.990.591	17,23%	54.990.591	
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	11,81%	37.702.020	11,81%	37.702.020	
EWZ Investments LLC - Socopa Soc. Corretora Paulista S.A	8,35%	26.651.752	8,22%	26.224.152	
Sul América Expertise FIA	6,67%	21.289.900	4,39%	14.015.800	
Ações em Tesouraria	0,01%	24.505	0,01%	24.505	
Mercado	31,97%	102.049.447	34,39%	109.751.147	
<b>Quantidade de Ações</b>			<b>319.176.942</b>		<b>319.176.942</b>

### b) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$2.500.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

c) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Direito de voto a todas as ações que compõem o capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A., os detentores de ações ordinárias da Companhia, têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%);

d) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

e) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha 24.505 ações em tesouraria, sendo todas ações ordinárias (24.505 em 31 de dezembro de 2013). O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria, calculado com base na última cotação em bolsa em 31 de dezembro de 2014, é de R\$61 (R\$128 em 31 de dezembro de 2013).

f) Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva não poderá ser distribuída aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de capital da Companhia, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social (§ 3º do artigo 19 do Decreto-Lei nº 1.598/1977). Do saldo de R\$37.713 registrado como reserva de capital em 2014, R\$10.553 refere-se ao incentivo apurado em 2014 deduzido de (R\$367) relativo a ajuste do ano de 2013, R\$27.527 refere-se ao incentivo fiscal acumulado até o exercício de 2013.

g) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Parcela efetiva da variação líquida cumulativa do valor justo dos instrumentos usados como *hedge* de fluxo de caixa na pendência do reconhecimento posterior no resultado quando forem efetivamente liquidados (veja nota explicativa nº25).
- Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das empresas Controladas com operações no Exterior.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos e passivos a que eles se referem.

h) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na BM&FBOVESPA, correspondia em 31 de dezembro de 2014 a R\$769.216 (R\$1.662.912 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2014 um patrimônio líquido de R\$1.204.232 (R\$1.377.441 em 31 de dezembro de 2013), sendo o valor patrimonial das ações de R\$3,77 (R\$4,32 em 31 de dezembro de 2013).

i) Lucro por ação

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais *dilutivas* em ações ordinárias

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	2014	2013
Lucro atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora - lucro básico por ação	123.881	5.905
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico e diluído por ação (*)	319.152.437	319.152.437
Lucro básico e diluído por ação	0,38816	0,01850

(\*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o período.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.



## 19. Receita líquida

### a) Abertura da receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>6.126.515</b>	7.084.594	<b>5.380.605</b>	6.397.714
Mercado interno	<b>4.563.937</b>	4.898.206	<b>3.572.276</b>	4.112.960
Mercado externo	<b>1.562.578</b>	2.186.388	<b>1.808.329</b>	2.284.754
<b>Impostos e Deduções de Vendas</b>	<b>(845.955)</b>	(986.315)	<b>(646.246)</b>	(849.093)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	<b>(27.494)</b>	(29.434)	<b>(27.494)</b>	(29.434)
Demais impostos e deduções sobre vendas	<b>(818.461)</b>	(956.881)	<b>(618.752)</b>	(819.659)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>5.280.560</b>	6.098.279	<b>4.734.359</b>	5.548.621
<b>Receita líquida de vendas</b>				
<b>Receita Líquida MI</b>	<b>3.742.123</b>	3.971.763	<b>2.950.171</b>	3.323.739
<b>Receita Líquida ME</b>	<b>1.538.437</b>	2.126.516	<b>1.784.188</b>	2.224.882
	<b>5.280.560</b>	6.098.279	<b>4.734.359</b>	5.548.621

### b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no Exterior

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Suíça (*)	<b>739.780</b>	755.045	<b>985.531</b>	853.411
Argentina	<b>384.417</b>	330.419	<b>384.417</b>	330.419
Japão	<b>152.304</b>	331.600	<b>152.304</b>	331.600
Estados Unidos	<b>58.616</b>	54.249	<b>58.616</b>	54.249
Grã-Bretanha (Reino Unido, UK)	<b>34.856</b>	164.823	<b>34.856</b>	164.823
Outros Américas	<b>97.607</b>	235.444	<b>97.607</b>	235.444
Outros Ásia	<b>43.714</b>	78.465	<b>43.714</b>	78.465
Outros Europa	<b>48.124</b>	236.343	<b>48.124</b>	236.343
Outros Diversos	<b>3.160</b>	-	<b>3.160</b>	-
	<b>1.562.578</b>	2.186.388	<b>1.808.329</b>	2.284.754

(\*) Basicamente representado pelas exportações às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino final foi a China.

## 20. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo do Metal	(4.367.287)	(5.138.489)	(3.797.550)	(4.569.972)
Depreciação e amortização	(116.950)	(111.621)	(116.971)	(111.655)
Despesas com funcionários	(240.221)	(262.079)	(240.808)	(262.643)
Seguros	(2.606)	(3.793)	(2.613)	(3.793)
Impostos e taxas	(5.202)	(5.080)	(5.201)	(5.084)
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif	(106.995)	(118.816)	(106.995)	(118.831)
Despesas de viagem	(2.245)	(3.780)	(2.245)	(3.781)
Materiais diversos de manutenção	(82.835)	(76.528)	(82.837)	(76.538)
Serviços prestados por terceiros e outros	(59.088)	(85.793)	(59.507)	(86.753)
Aluguéis de Maquinas e Equipos.	(14.437)	(11.883)	(14.437)	(11.883)
Outros	(19.370)	(19.853)	(21.158)	(20.855)
	<u>(5.017.236)</u>	<u>(5.837.715)</u>	<u>(4.450.322)</u>	<u>(5.271.788)</u>
Custo dos produtos vendidos	(4.919.141)	(5.722.196)	(4.350.184)	(5.153.751)
Despesas com vendas	(28.588)	(30.941)	(30.182)	(32.915)
Despesas gerais e administrativas	(69.507)	(84.578)	(69.956)	(85.122)
	<u>(5.017.236)</u>	<u>(5.837.715)</u>	<u>(4.450.322)</u>	<u>(5.271.788)</u>

## 21. Outras receitas (despesas) operacionais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Vendas diversas		1.760	947	1.760	947
Vendas de ativo imobilizado		4.179	2.131	4.179	2.131
Recuperação reserva Plano Coletivo Brasilprev		6.055	-	6.055	-
Reversão de provisão para demandas judiciais	16.1	43.621	14.613	43.621	14.613
Reversão de outras perdas estimadas		1.920	5.348	1.920	5.348
Reversão de provisão material obsoleto	07 e 11	-	210	-	210
Reversão de perda estimada créditos de liquid. duvidosa	06	9.534	298	10.008	298
Reversão de Provisão PL negativo de controlada		-	-	-	-
Recuperações diversas		3.272	3.745	3.783	3.826
Recuperações de impostos		7.673	-	7.673	-
Refis - Lei 11/941/09	16.1	1.246	4.467	1.246	4.467
Lucros e Dividendos		121	-	121	-
Locação de imóveis e equiptos.		-	464	-	464
Precatórios		-	7.271	-	7.271
Venda de Bens não operacionais		-	8.000	-	8.000
Processo SEMASA	09.c	10.684	-	10.684	-
Processo Pref Manaus	09.d	4.741	-	4.741	-
Outras receitas operacionais		9.235	1.953	9.236	1.953
		<b>104.041</b>	<b>49.447</b>	<b>105.027</b>	<b>49.528</b>
PIS e COFINS sobre outras receitas		(1.868)	(221)	(1.911)	(228)
Ociosidade		(2.957)	(11.456)	(2.957)	(11.456)
Custo ativo imobilizado baixado		(4.502)	(1.112)	(4.502)	(1.112)
Custo das vendas diversas		(1.785)	(1.857)	(1.785)	(1.857)
Indenizações trabalhistas linhas de produção desativadas	(a)	(56.427)	-	(56.427)	-
Indenizações trabalhistas		(15.877)	(9.791)	(15.889)	(9.806)
Provisão para demandas judiciais	16.1	(85.609)	(82.457)	(85.609)	(82.457)
Perda estimada para perda material obsoleto	07 e 11	-	(962)	-	(962)
Reversão de perda estimada créditos de liquid. duvidosa	06	(5.762)	(5.674)	(5.762)	(6.287)
Outras perdas estimadas		(3.505)	(10.881)	(3.505)	(10.881)
Depreciação de bens Inativos		(3.930)	-	(3.930)	-
Provisão de Honorários de Êxito		(15.374)	-	(15.374)	-
Refis - Lei 11/941/09	16.1	(2.201)	(9.829)	(2.201)	(9.829)
Multas por auto de infração		(262)	(104)	(260)	(119)
Contribuições e doações		(260)	(80)	(260)	(80)
Programas culturais		(88)	(92)	(88)	(92)
Custo da venda de Bens não operacionais		-	(1.756)	-	(1.756)
Descontinuidade de Projeto	11.a	(26.790)	-	(26.790)	-
Outras despesas operacionais		(4.167)	(3.141)	(4.169)	(3.151)
		<b>(231.364)</b>	<b>(139.413)</b>	<b>(231.419)</b>	<b>(140.073)</b>
<b>Total de outras despesas operacionais, líquidas</b>		<b>(127.323)</b>	<b>(89.966)</b>	<b>(126.392)</b>	<b>(90.545)</b>

- a) Valor referente aos custos de rescisão, incluindo encargos legais, indenizações, benefícios e assistência dos colaboradores que estavam alocados nas linhas de produção desativadas na Unidade de Capuava conforme descrito na nota explicativa 11.1.b.

## 22. Receitas (despesas) financeiras

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Despesa de juros		(82.534)	(48.702)	(109.831)	(74.236)
Variação cambial passiva		(273.854)	(440.564)	(273.854)	(440.565)
Variação monetária passiva		(915)	(1.961)	(915)	(1.961)
Despesas bancárias / IOF		(14.589)	(13.983)	(14.641)	(14.035)
Ajuste a valor presente		(32.835)	(45.255)	(54.537)	(64.053)
Instrumentos financeiros derivativos		(186.485)	(138.868)	(187.770)	(138.925)
Hedge de valor justo de estoques		(63.147)	(59.396)	(63.147)	(59.396)
Outras despesas financeiras		(3.074)	(10.852)	(4.175)	(11.292)
<b>Total das despesas financeiras</b>		<b>(657.433)</b>	<b>(759.581)</b>	<b>(708.870)</b>	<b>(804.463)</b>
Receita de juros		103.355	60.997	108.547	67.387
Variação cambial ativa		309.841	288.100	309.841	288.100
Variação monetária ativa		1.516	5.415	1.516	5.415
Ajuste a valor presente		37.604	40.693	61.727	68.121
Instrumentos financeiros derivativos		70.131	197.450	70.131	197.467
Marcação a Mercado dos Estoques - receita não realizada	(a)	18.248	-	18.248	-
Hedge de valor justo de estoques		92.817	7.809	92.817	7.809
Receita Processo SEMASA	09-c	35.097	-	35.097	-
Receita Processo Pref Manaus	09-d	12.679	-	12.679	-
Outras receitas financeiras		18.343	3.658	19.932	6.756
<b>Total das receitas financeiras</b>		<b>699.631</b>	<b>604.122</b>	<b>730.535</b>	<b>641.055</b>
<b>Total resultado financeiro</b>		<b>42.198</b>	<b>(155.459)</b>	<b>21.665</b>	<b>(163.408)</b>

- a) A partir do 4º trimestre a Paranapanema passou a destacar em suas Demonstrações Financeiras, o valor referente à Marcação à Mercado de Contratos Derivativos em bolsa cujo ajuste mensal podem trazer efeitos positivos ou negativos relevantes no resultado. O intuito é informar aos acionistas ou a quem interessar que o cálculo de JCP e Dividendos será ajustado pelo efeito caixa desses ajustes e poderá impactar diretamente a decisão dos acionistas em pagar ou não dividendos e JCP.

A Paranapanema estruturou sua estratégia de *hedge* de forma que a Marcação à Mercado ao final de cada contrato tenha efeito zero além de ser altamente efetiva, mas devido ao requerimento contábil (CPC 38) a volatilidade do preço futuro do cobre deve afetar o resultado enquanto o derivativo não for liquidado. Portanto, a administração entende que o valor deve ser considerado como resultado não realizado. Este assunto foi tratado exaustivamente com os auditores externos (KPMG) cuja interpretação do CPC compreende reportar esta volatilidade futura no resultado.

## 23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

### 23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Créditos sobre prejuízos fiscais	<b>86.446</b>	95.837	<b>94.250</b>	103.505
Ajustes de avaliação patrimonial	<b>(84.090)</b>	(88.530)	<b>(84.090)</b>	(88.530)
Créditos sobre diferenças temporárias:				
- Créditos sobre provisões	<b>74.988</b>	93.408	<b>77.241</b>	96.133
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>77.344</b>	100.715	<b>87.401</b>	111.108

A Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$368.740 (R\$406.406 em 31 de dezembro de 2013) passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo para prescrição.

A composição dos saldos de impostos de renda diferidos por empresa em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está apresentado abaixo:

	Paranapanema S/A	CDPC - Centro de Distrib. de Produtos de Cobre Ltda.	Total
Créditos sobre prejuízos fiscais	<b>86.446</b>	<b>7.804</b>	<b>94.250</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	<b>(84.090)</b>	-	<b>(84.090)</b>
Créditos sobre diferenças temporárias:			
- Créditos sobre provisões	<b>74.988</b>	<b>2.253</b>	<b>77.241</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>77.344</b>	<b>10.057</b>	<b>87.401</b>
Total em 31 de dezembro de 2013	100.715	10.393	111.108

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui registrados na rubrica de “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Os tributos diferidos gerados por estas diferenças temporárias são assim demonstrados:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Decorrentes de diferenças temporárias</b>		
Variações cambiais líquidas	<b>1.263</b>	83.154
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<b>29.709</b>	33.973
Perda estimada valor recuperável dos estoques	<b>20.508</b>	8.285
Perdas estimadas diversas	<b>37.099</b>	21.781
Provisões instrumentos financeiros e outros	<b>24.160</b>	39.027
Provisão para demandas judiciais	<b>193.668</b>	179.623
Reversões diversas	<b>(15.444)</b>	(2.231)
Participação de administradores e outros	<b>13.921</b>	15.103
Provisão ajuste valor presente	<b>1.695</b>	2.932
<b>Total Provisões (reversões)</b>	<b>306.579</b>	381.647
<b>Base Controladora</b>	<b>299.953</b>	373.633
Alíquota IR	<b>25%</b>	25%
IR s/ diferenças temporárias	<b>74.988</b>	93.408
<b>Base Coligadas</b>	<b>6.626</b>	8.014
Alíquota IR / CSL	<b>34%</b>	34%
IR/CSL s/ diferenças temporárias	<b>2.253</b>	2.725
IR/CSL s/ diferenças temporárias	<b>77.241</b>	96.133

A Paranapanema e sua Controlada CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda., fundamentadas nas expectativas de gerações de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudos técnicos realizados no final de 2014 e aprovados pela Diretoria, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e diferenças temporárias, que não têm prazo prescricional. O valor contábil do ativo diferido é revisado anualmente pela Companhia.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Paranapanema estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

<b>Anos</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
2014	-	17.594	-	17.594
2015	<b>51.019</b>	40.379	<b>50.994</b>	40.379
2016	<b>54.527</b>	54.527	<b>54.527</b>	54.527
2017	<b>30.261</b>	30.261	<b>30.261</b>	30.261
2018 a 2022	<b>25.627</b>	46.484	<b>35.709</b>	56.877
	<b>161.434</b>	189.245	<b>171.491</b>	199.638

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

A Paranapanema tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos até o período-base de 2020.

Os benefícios de Imposto de Renda da Paranapanema estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

### 23.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social registrada na demonstração do resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda</b>	<b>147.922</b>	<b>(4.595)</b>	<b>148.261</b>	<b>(3.265)</b>
Alíquota fiscal nominal combinada	25%	25%	25% e 34%	25% e 34%
Imposto de renda sobre lucro (prejuízo)	(36.980)	1.149	(37.318)	(3.055)
Adições permanentes	4.087	2.222	4.088	3.817
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	(3.846)	(3.375)	(3.846)	(3.375)
Provisões dedutíveis	(2.014)	(9.195)	(1.733)	(8.883)
Variação cambial líquida (regime caixa)	20.411	(11.378)	20.411	(11.378)
Ajustes da Lei 11.638/07	23	1.118	89	1.126
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	5.496	5.838	5.496	6.523
Isenção de lucro da exploração	10.553	6.846	10.553	6.846
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	(25.161)	(4.756)	(25.497)	(6.795)
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	3.936	3.057	3.936	3.057
Complemento (reversão) imposto de renda exercício anterior	(878)	-	(880)	-
Outros	-	350	-	383
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	332	18.624	321	20.904
<b>(Despesa) Crédito de imposto de renda corrente</b>	<b>(24.041)</b>	<b>10.500</b>	<b>(24.380)</b>	<b>9.170</b>
Imposto de renda do exercício corrente	(1.939)	(6.425)	(1.939)	(7.575)
Contribuição social do exercício corrente	-	-	-	(422)
Imposto de renda diferido	(25.161)	13.868	(25.408)	14.046
Contribuição social diferida	-	-	(89)	64
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	3.936	3.057	3.936	3.057
Impostos Diferidos	(23.164)	10.500	(23.500)	9.170
Reversão de imposto de renda diferido do exercício anterior	(877)	-	(880)	-
<b>(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(24.041)</b>	<b>10.500</b>	<b>(24.380)</b>	<b>9.170</b>
<b>Taxa efetiva total</b>	<b>-16,25%</b>	<b>-228,51%</b>	<b>-16,44%</b>	<b>-280,86%</b>
<b>Taxa efetiva corrente</b>	<b>-1,31%</b>	<b>139,83%</b>	<b>-1,31%</b>	<b>232,01%</b>

## 24. Segmentos operacionais

A Paranapanema atua somente no segmento de cobre que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

Os principais produtos que compõem este segmento são: Catodo, Vergalhão, Fio Trefilado, Tubos e Conexões, Laminados, Arames, Barras e Perfis, Cabos Flexíveis, Ácido Sulfúrico, Escória Granulada e Oleum.

## 25. Instrumentos financeiros

### 1) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de ser Controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração conta com o Comitê de Finanças, Riscos e Contingências para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar para que estas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no Exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.

A política de Gestão de Riscos permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 604 (CPC 38). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*

### 2) Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da BM&FBovespa (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (*Libor*) e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).



A apuração do valor de mercado dos derivativos de cambio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e BM&FBovespa. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros baseado nas curvas divulgados na LME e LBMA.

### 3) Derivativos embutidos

Cláusulas de ajuste dos preços de matérias primas tais como o cobre incluídas em contratos não canceláveis de compra ou venda de produtos que são baseadas em preços de mercado para uma data subsequente à data de embarque ou entrega são considerados derivativos embutidos que requerem segregação e contabilização em separado, porque de acordo com o CPC 38/AG30 ajustes dos fluxos de caixa de pagamentos indexados a preços de matérias primas (como o cobre, por exemplo) embutidos em passivos ou ativos financeiros não estão intimamente relacionados com o instrumento principal porque os riscos inerentes ao contrato principal e ao derivativo embutido não são semelhantes. Um derivativo embutido que é bifurcado do seu contrato hospede e é contabilizado em separado ao valor justo por meio do resultado como qualquer outro instrumento derivativo pode ser designado como instrumento de *hedge* numa relação de contabilidade de *hedge* tal como um *hedge* de valor justo de estoques de cobre.

Contratos de compra de Concentrado de Cobre e contratos de venda de Produtos de Cobre geralmente incluem um preço provisório na data do embarque com o preço final baseado na média mensal do preço do cobre na LME para um período futuro determinado. Este período normalmente varia entre 30 e 120 dias após a data de embarque ou faturamento. Tal compra de concentrado e venda de produtos com preço provisório contém um derivativo embutido o qual é requerido que seja separado do contrato principal e contabilizado como derivativo por separado no resultado.

### 4) Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados em três categorias de mensuração: ativos e passivos ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e outros passivos mensurados pelo método do custo amortizado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

				Controladora	
				Valor Contábil	Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2014	2014
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	271.113	-	271.113
Aplicações financeiras	05	-	761.314	-	761.314
Contas a receber de clientes	06	565.507	-	565.507	565.507
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	69.508	-	69.508
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	65.052	-	65.052
<b>Total dos ativos</b>		<b>565.507</b>	<b>1.166.987</b>	<b>1.732.494</b>	<b>1.732.494</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	12	-	1.929.257	1.929.257	1.929.257
Cartão de Crédito	17	-	56.080	56.080	56.080
Adiantamento de Clientes	17	-	111.214	111.214	111.214
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.333.064	1.333.064	1.461.305
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	45.257	45.257	45.257
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	78.175	78.175	78.175
<b>Total dos passivos</b>		<b>123.432</b>	<b>3.429.615</b>	<b>3.553.047</b>	<b>3.681.288</b>

  

				Controladora	
				Valor Contábil	Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2013	2013
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	76.624	-	76.624
Aplicações financeiras	05	-	339.684	-	339.684
Contas a receber de clientes	06	695.962	-	695.962	695.962
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	75	75	75
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	28.769	28.769	28.769
<b>Total dos ativos</b>		<b>695.962</b>	<b>445.152</b>	<b>1.141.114</b>	<b>1.141.114</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	12	-	1.621.589	1.621.589	1.621.589
Empréstimos e financiamentos	13	-	1.118.099	1.118.099	1.130.001
Adiantamento de Clientes	17	-	5.559	5.559	5.559
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	39.824	39.824	39.824
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	42.278	42.278	42.278
<b>Total dos passivos</b>		<b>82.102</b>	<b>2.745.247</b>	<b>2.827.349</b>	<b>2.839.251</b>

				Consolidado	
				Valor Contábil	Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2014	2014
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	276.872	-	276.872
Aplicações financeiras	05	-	771.005	-	771.005
Contas a receber de clientes	06	466.075	-	-	466.075
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	69.508	-	69.508
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	65.052	-	65.052
<b>Total dos ativos</b>		<b>466.075</b>	<b>1.182.437</b>	<b>-</b>	<b>1.648.512</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	12	-	-	1.858.498	1.858.498
Cartão de Crédito	17	-	-	56.080	56.080
Adiantamento de Clientes	17	-	-	111.833	111.833
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.333.083	1.461.305
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	45.257	-	45.257
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	78.240	-	78.240
<b>Total dos passivos</b>		<b>-</b>	<b>123.497</b>	<b>3.359.494</b>	<b>3.611.213</b>

  

				Consolidado	
				Valor Contábil	Valor Justo
Notas	Empréstimos e recebíveis	Ao valor justo por meio do resultado	Outros Passivos - Método de Custo Amortizado	2013	2013
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	79.517	-	79.517
Aplicações financeiras	05	-	375.170	-	375.170
Contas a receber de clientes	06	605.980	-	-	605.980
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	75	-	75
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	28.784	-	28.784
<b>Total dos ativos</b>		<b>605.980</b>	<b>483.546</b>	<b>-</b>	<b>1.089.526</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	12	-	-	1.575.745	1.575.745
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.118.099	1.130.001
Adiantamento de Clientes	17	-	-	6.746	6.746
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	25	-	39.824	-	39.824
Instr Financeiros - Demais Derivativos	25	-	42.278	-	42.278
<b>Total dos passivos</b>		<b>-</b>	<b>82.102</b>	<b>2.700.590</b>	<b>2.794.594</b>

### Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2 – preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3 – são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco.

Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

Abaixo apresentamos ativos e passivos da controladora e do consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	2014	Nível 1	Nível 2	2014
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	271,113	-	271,113	276,872	-	276,872
Aplicações Financeiras	-	761,314	761,314	-	771,005	771,005
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	-	69,508	69,508	-	69,508	69,508
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	65,052	65,052	-	65,052	65,052
<b>Total dos ativos</b>	<u>271,113</u>	<u>895,874</u>	<u>1,166,987</u>	<u>276,872</u>	<u>905,565</u>	<u>1,182,437</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	-	1,929,257	1,929,257	-	1,858,498	1,858,498
Empréstimos e financiamentos	-	1,333,064	1,333,064	-	1,333,083	1,333,083
Cartão de Crédito	-	56,080	56,080	-	56,080	56,080
Adiantamento de Clientes	-	111,214	111,214	-	111,833	111,833
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	-	45,257	45,257	-	45,257	45,257
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	78,175	78,175	-	78,240	78,240
<b>Total dos passivos</b>	<u>-</u>	<u>3,553,047</u>	<u>3,553,047</u>	<u>-</u>	<u>3,482,991</u>	<u>3,482,991</u>
	Controladora			Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	2013	Nível 1	Nível 2	2013
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	76,624	-	76,624	79,517	-	79,517
Aplicações Financeiras	-	339,684	339,684	-	375,170	375,170
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	-	75	75	-	75	75
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	28,769	28,769	-	28,784	28,784
<b>Total dos ativos</b>	<u>76,624</u>	<u>368,528</u>	<u>445,152</u>	<u>79,517</u>	<u>404,029</u>	<u>483,546</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	-	1,621,589	1,621,589	-	1,575,745	1,575,745
Empréstimos e financiamentos	-	1,118,099	1,118,099	-	1,118,099	1,118,099
Adiantamento de Clientes	-	5,559	5,559	-	6,746	6,746
Instr Financeiros - <i>Hedge Accounting</i>	-	39,824	39,824	-	39,824	39,824
Instr Financeiros - Demais Derivativos	-	42,278	42,278	-	42,278	42,278
<b>Total dos passivos</b>	<u>-</u>	<u>2,827,349</u>	<u>2,827,349</u>	<u>-</u>	<u>2,782,692</u>	<u>2,782,692</u>

## Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de dezembro de 2014

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
			2014	2013	2014	2013
<b><u>Designados para Hedge accounting</u></b>						
<b>Risco Cambial</b>						
NDF	Vendido	USD/BRL	(213.978) US\$	(175.000) US\$	(45.257)	(30.887)
NDF	Comprado	USD/BRL	- US\$	21.334 US\$	-	(463)
<b>Total</b>					<b>(45.257)</b>	<b>(31.350)</b>
<b>Risco de preços de commodities</b>						
NDF	Comprado	Cobre	5.603 tons	6.850 tons	6.470	2.039
Compromisso firme de venda	Vendido	Cobre	(5.603) tons	(6.850) tons	(6.470)	(2.705)
Derivativo Embutido	Vendido	Cobre	(39.894) tons	(24.412) tons	32.480	(7.808)
NDF	Vendido	Cobre	(50.950) tons	- tons	37.646	-
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/Chumt	(1.973) tons	- tons	468	-
NDF	Vendido	Ouro	(12.685) Oz	- Oz	(820)	-
NDF	Vendido	Prata	(621.117) Oz	- Oz	(440)	-
Derivativo embutido	Comprado	Ouro	(3.661) Oz	- Oz	(66)	-
Derivativo embutido	Comprado	Prata	(204.504) Oz	- Oz	240	-
<b>Total</b>					<b>69.508</b>	<b>(8.474)</b>
<b>Total derivativos designados para hedge accounting</b>					<b>24.251</b>	<b>(39.824)</b>
<b><u>Não designados para Hedge accounting</u></b>						
<b>Derivativos Metais</b>						
NDF	Vendido	Cobre	(9.955) tons	(49.007) tons	(12.479)	(26.397)
NDF	Vendido	Ouro	- Oz	(23.545) Oz	-	6.457
NDF	Vendido	Prata	- Oz	(815.611) Oz	-	4.114
NDF	Vendido	Zinco/Estanho/Chumt	180 tons	(1.800) tons	374	(401)
<b>Total Derivativos Metais</b>					<b>(12.105)</b>	<b>(16.227)</b>
<b>Derivativos Embutidos</b>						
Derivativo embutido	Vendido	Cobre	11.559 tons	(16.076) tons	45.272	10.410
Derivativo embutido	Comprado	Ouro	301 Oz	18.294 Oz	(2.201)	(1.666)
Derivativo embutido	Comprado	Prata	8.529 Oz	519.715 Oz	(864)	(952)
<b>Total</b>					<b>42.207</b>	<b>7.792</b>
<b>Derivativos de câmbio</b>						
NDF	Vendido	USD/BRL	- US\$	(133.405) US\$	-	(1.656)
NDF	Compra	USD/BRL	5.115 US\$	238.666 US\$	(427)	-
Swap - fluxo de caixa	Comprado	Pré	3.750 R\$	5.000 R\$	3.651	4.838
Swap - fluxo de caixa	Vendido	Pré + VC	(3.750) R\$	(5.000) R\$	(4.962)	(5.947)
<b>Total</b>					<b>(1.738)</b>	<b>(2.765)</b>
<b>Risco de taxa de Juros</b>						
Swap	Comprado	Libor 3M/6M + VC	166.506 US\$	146.289 US\$	449.439	342.697
Swap	Vendido	Pré + VC	(166.506) US\$	(146.257) US\$	(449.187)	(342.622)
<b>Total</b>					<b>252</b>	<b>75</b>
<b>Derivativos de ações</b>						
Swap	Comprado	Ações - PMAM3	58.250 R\$	58.250 R\$	29.356	61.921
Swap	Vendido	CDI + 1% aa	(58.250) R\$	(58.250) R\$	(71.160)	(64.215)
<b>Total</b>					<b>(41.804)</b>	<b>(2.294)</b>
<b>Total demais derivativos</b>					<b>(13.188)</b>	<b>(13.419)</b>
<b>Total</b>					<b>11.063</b>	<b>(53.243)</b>
<b>Ativo circulante</b>					<b>134.560</b>	<b>28.859</b>
<b>Passivo circulante</b>					<b>(123.497)</b>	<b>(82.102)</b>

## 5) Riscos de mercado

### 5.1) Risco cambial

A Paranapanema possui ativos e passivos, assim como operações futuras que envolverão receitas e custos todos denominados ou indexados em moeda estrangeira.

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira através do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*) e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar).

A exposição em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada no quadro a seguir:

Objeto	Posição	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
		USD	USD	USD	USD
Receita Projetada	Comprado	1.215.992	922.245	1.215.992	922.245
Fornecedores	Vendido	-	(21.334)	-	(21.334)
<b>Instrumento</b>					
NDF - Designados para <i>hedge accounting</i>	Vendido	(213.978)	(133.666)	(213.978)	(133.666)
NDF - Designados para <i>hedge accounting</i>	Comprado	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(369.279)	(295.163)	(369.279)	(295.163)
Fornecedores	Vendido	(632.734)	(472.082)	(632.734)	(472.082)
<b><u>Derivativos não designados para <i>hedge accounting</i></u></b>					
Swap (Pré x USD)	Vendido	(1.889)	(2.519)	(1.889)	(2.519)
NDF (USD/BRL)	Vendido	5.115	(133.405)	5.115	(133.405)
<b><u>Ativos/Passivos não designados para <i>hedge accounting</i></u></b>					
Receita Projetada	Comprado	184.196	370.810	184.196	370.810
Empréstimos e financiamentos	Vendido	(16.417)	(56.173)	(16.417)	(56.173)
Fornecedores	Vendido	(49.838)	(127.186)	(49.838)	(127.186)
<b>Exposição líquida total</b>		<b>121.168</b>	<b>51.527</b>	<b>121.168</b>	<b>51.527</b>

### 5.2) Risco de taxas de juros

A Companhia possui exposições pós-fixadas a Libor, CDI, TJLP e Taxa de Juros Resolução 635/87 decorrentes de aplicações e empréstimos. O risco de Libor concentra-se nas operações de *Trade Finance* os quais foram feitos operações de Libor x Taxa Fixa para a sua proteção.

A exposição às taxas de juros em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada no quadro a seguir:

		<b>Consolidado / Controladora</b>	
		<b>Nocional</b>	
		<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Designados para <i>Hedge accounting</i></b>			
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(442.274)	(330.533)
Derivativos - <i>Swap</i>	LIBOR	442.274	330.533
		-	-
<b>Não designados para <i>Hedge accounting</i></b>			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(17.737)	(16.056)
		<b>(17.737)</b>	<b>(16.056)</b>
Empréstimos e financiamentos	T.JUROS RES.635/87	(16.071)	(14.732)
		<b>(16.071)</b>	<b>(14.732)</b>
Aplicações	PRÉ	880.952	374.171
Empréstimos e financiamentos	PRÉ	(308.356)	(327.773)
Derivativos - <i>Swap</i>	PRÉ	(58.250)	(58.250)
		<b>514.346</b>	<b>(11.852)</b>

### 5.3) Risco de *commodities*

A Paranapanema em suas atividades de negócio adquire matéria prima e vende produtos finais, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange* e *London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal é dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda e estabelece limites de exposição ao risco.

Cobre	Posição	Consolidado / Controladora			
		2014		2013	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	74.012 tons	1.250.116	76.296 tons	1.321.620
<b>Designados para Hedge accounting</b>					
Derivativo embutido	Vendido	-32.903 tons	(555.757)	-12.645 tons	(219.048)
Compromissos Firmes	Vendido	-5.603 tons	(94.641)	-5.900 tons	(102.202)
NDF	Vendido	-36.522 tons	(616.883)	00 tons	-
<b>Não designados para Hedge accounting</b>					
Derivativo embutido	Comprado	11.559 tons	195.238	-15.634 tons	(270.818)
Compromissos Firmes	Vendido	-931 tons	(15.727)	328 tons	5.679
NDF	Vendido	-9.955 tons	(168.146)	-43.107 tons	(746.717)
<b>Exposição líquida total</b>		<b>-343 tons</b>	<b>(5.800)</b>	<b>-662 tons</b>	<b>(11.486)</b>

Ouro	Posição	Consolidado / Controladora			
		2014		2013	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	9.109 Oz	29.016	14.374 Oz	40.456
<b>Designados para Hedge accounting</b>					
Derivativo embutido	Comprado	-3.287 Oz	(10.471)	00 Oz	-
NDF	Vendido	-3.979 Oz	(12.675)	00 Oz	-
<b>Não designados para Hedge accounting</b>					
Derivativo embutido	Vendido	1.285 Oz	4.094	9.785 Oz	27.541
Compromissos Firmes	Comprado	326 Oz	1.037	1.577 Oz	4.438
NDF	Comprado	-3.455 Oz	(11.006)	-23.545 Oz	(66.271)
<b>Exposição líquida total</b>		<b>-01 Oz</b>	<b>(5)</b>	<b>2.191 Oz</b>	<b>6.164</b>

Prata	Posição	Consolidado / Controladora			
		2014		2013	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	510.067 Oz	21.637	462.240 Oz	21.115
<b>Designados para Hedge accounting</b>					
Derivativo embutido	Comprado	-165.337 Oz	(7.013)	00 Oz	-
NDF	Vendido	-186.801 Oz	(7.924)	00 Oz	-
<b>Não designados para Hedge accounting</b>					
Derivativo embutido	Vendido	74.067 Oz	3.142	275.748 Oz	12.596
Compromissos Firmes	Comprado	21.123 Oz	896	90.760 Oz	4.146
NDF	Vendido	-257.674 Oz	(10.930)	-815.611 Oz	(37.258)
<b>Exposição líquida total</b>		<b>-4.555 Oz</b>	<b>(192)</b>	<b>13.137 Oz</b>	<b>599</b>



Outros	Posição	Consolidado / Controladora			
		2014		2013	
		Valor Referência	Exposição	Valor Referência	Exposição
Ativos, líquido	Comprado	1.766 tons	12.652	1.780 tons	11.148
<b>Designados para <i>Hedge accounting</i></b>					
NDF	Vendido	-1.890 tons	(12.679)	00 tons	-
<b>Não designados para <i>Hedge accounting</i></b>					
Compromissos Firmes	Vendido	-78 tons	(490)	-153 tons	(797)
NDF	Vendido	180 tons	159	-1.800 tons	(11.205)
<b>Exposição líquida total</b>		<b>-22 tons</b>	<b>(358)</b>	<b>-173 tons</b>	<b>(854)</b>

O saldo da exposição de *commodities* não reflete os saldos contábeis e sim o valor de mercado.

#### 5.4) Risco de preço de ações

A Companhia possui exposição ao preço de ações cotado na BM&FBovespa decorrente de um contrato de derivativo *Total Return Swap* e detém posição ativa na variação do preço da ação PMAM3 e passiva em CDI.

	Controladora			
	2014		2013	
	Valor Referência	Nocional	Valor Referência	Nocional
Swap - PMAM3	11.885	58.250	11.885	58.250
<b>Exposição líquida total</b>	<b>11.885</b>	<b>58.250</b>	<b>11.885</b>	<b>58.250</b>

#### 5.5) Análise de sensibilidades

De forma a medir o impacto no resultado e no patrimônio líquido decorrente de variações dos dados de mercado na Companhia, foram efetuados cenários de choque em relação às taxas vigentes em 31 de dezembro de 2014, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

	Nocional	Unidad e	Factores de Risco	Cenário Provável	Impacto no resultado				Impacto nos resultados abrangentes			
					Cenário Baixa		Cenário Alta		Cenário Baixa		Cenário Alta	
					25%	50%	25%	50%	25%	50%	25%	50%
<b>Risco Cambial</b>												
<b>Objeto de hedge</b>												
Passivos	\$	-	USD	USD	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Instrumento de hedge</b>												
NDF - Hedge de fluxo de caixa	\$	-213.978	USD	USD	(568.368)	-	-	-	142.092	284.184	(142.092)	(284.184)
NDF - Hedge de fluxo de caixa	\$	-	USD	USD	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	\$	-632.734	USD	USD	(1.680.669)	-	-	-	420.167	840.335	(420.167)	(840.335)
Empréstimos	\$	-369.279	USD	USD	(980.880)	-	-	-	245.220	490.440	(245.220)	(490.440)
<b>Demais instrumentos não derivativos</b>												
Ativos	\$	140.780	USD	USD	373.941	(93.485)	(186.970)	93.485	186.970	-	-	-
Passivos	\$	-66.255	USD	USD	(175.986)	43.996	87.993	(43.996)	(87.993)	-	-	-
<b>Demais derivativos</b>												
NDF	\$	5.115	USD	USD	13.588	(3.397)	(6.794)	3.397	6.794	-	-	-
Swap	\$	-1.889	USD	USD	(5.018)	1.254	2.509	(1.254)	(2.509)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>\$</b>	<b>-1.138.240</b>			<b>(3.023.392)</b>	<b>(51.632)</b>	<b>(103.262)</b>	<b>51.632</b>	<b>103.262</b>	<b>807.479</b>	<b>1.614.959</b>	<b>(807.479)</b>

#### Risco de taxa de juros

<b>Objeto de hedge</b>												
Passivos	\$	-166.506	USD	LIBOR	(449.276)	1.615	3.240	(1.604)	(3.198)	-	-	-
<b>Instrumento de hedge</b>												
Swap - Hedge de fluxo de caixa	\$	166.506	USD	LIBOR	252	(1.615)	(3.240)	1.604	3.198	-	-	-
<b>Demais instrumentos não derivativos</b>												
Passivos	\$	-17.737	BRL	TJLP	16.694	(252)	(652)	596	1.292	-	-	-
Ativos	\$	880.952	BRL	PRÉ	884.111	(258)	(522)	250	494	-	-	-
Passivos	\$	-308.356	BRL	PRÉ	(292.120)	17.159	36.693	(16.132)	(30.383)	-	-	-
<b>Demais derivativos</b>												
Swap	\$	-58.250	BRL	CDI	(71.127)	(8)	(16)	9	17	-	-	-
<b>Total</b>	<b>\$</b>	<b>496.609</b>			<b>88.534</b>	<b>16.641</b>	<b>35.503</b>	<b>(15.277)</b>	<b>(28.580)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Risco de preço de commodities

<b>Instrumento de hedge</b>												
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	5.603	ton	Cobre	94.641	(23.660)	(47.321)	23.660	47.321	-	-	-	-
NDF (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(43.325)	ton	Cobre	(731.793)	182.948	365.896	(182.948)	(365.896)	-	-	-	-
Deriv. Embutido (Cobre) - Hedge de Valor Justo	(32.903)	ton	Cobre	(555.757)	138.939	277.879	(138.939)	(277.879)	-	-	-	-
NDF (Cobre) - Hedge de fluxo de caixa	1.200	ton	Cobre	20.269	-	-	-	-	(5.067)	(10.134)	5.067	10.134
<b>Não designados para hedge accounting</b>												
NDF	(9.955)	ton	Cobre	(168.146)	42.037	84.073	(42.037)	(84.073)	-	-	-	-
Derivativo embutido	11.559	ton	Cobre	195.238	(48.810)	(97.619)	48.810	97.619	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(67.821)</b>			<b>(1.145.548)</b>	<b>291.454</b>	<b>582.908</b>	<b>(291.454)</b>	<b>(582.908)</b>	<b>(5.067)</b>	<b>(10.134)</b>	<b>5.067</b>	<b>10.134</b>

#### Não designados para hedge accounting

Derivativo embutido	2.318	Oz	Ouro	7.385	(1.846)	(3.693)	1.846	3.693	-	-	-	-
<b>Instrumento de hedge</b>												
NDF	(7.434)	Oz	Ouro	(23.681)	5.920	11.840	(5.920)	(11.840)	-	-	-	-
Derivativo embutido	(4.320)	Oz	Ouro	(13.762)	3.441	6.881	(3.441)	(6.881)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(9.436)</b>			<b>(30.058)</b>	<b>7.515</b>	<b>15.028</b>	<b>(7.515)</b>	<b>(15.028)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Não designados para hedge accounting

Derivativo embutido	34.258	Oz	Prata	1.453	(363)	(727)	363	727	-	-	-	-
<b>Instrumento de hedge</b>												
NDF	(444.475)	Oz	Prata	(18.854)	4.714	9.427	(4.714)	(9.427)	-	-	-	-
Derivativo embutido	(125.527)	Oz	Prata	(5.325)	1.331	2.662	(1.331)	(2.662)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(535.744)</b>			<b>(22.726)</b>	<b>5.682</b>	<b>11.362</b>	<b>(5.682)</b>	<b>(11.362)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<b>Instrumento de hedge</b>												
NDF (Zinco, Chumbo e Estanho)	(1.960)	ton	Doutros metais	(13.961)	3.490	6.980	(3.490)	(6.980)	-	-	-	-
<b>Não designados para hedge accounting</b>												
NDF	250	ton	Doutros metais	1.441	(360)	(720)	360	720	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(1.710)</b>			<b>(12.520)</b>	<b>3.130</b>	<b>6.260</b>	<b>(3.130)</b>	<b>(6.260)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Risco de preços de ações

Swap	11.885	ações	PMAM3	(41.804)	(7.339)	(14.678)	7.339	14.678	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11.885</b>			<b>(41.804)</b>	<b>(7.339)</b>	<b>(14.678)</b>	<b>7.339</b>	<b>14.678</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

#### Premissas:

Taxa câmbio	Ptax - USD/BRL	2,6562	1,9922	1,3281	3,3203	3,9843
Preço Cobre	Official Price Cash LME	\$6.359	\$4.769	\$3.180	\$7.949	\$9.539
Preço Ouro	Official Price Cash LBMA	\$1.199	\$899	\$600	\$1.499	\$1.799
Preço Prata	Official Price Cash LBMA	\$16	\$12	\$8	\$20	\$24
Preço Zinco	Official Price Cash LME	\$2.167	\$1.625	\$1.084	\$2.709	\$3.251
Preço Estanho	Official Price Cash LME	\$19.500	\$14.625	\$9.750	\$24.375	\$29.250
Preço Chumbo	Official Price Cash LME	\$1.853	\$1.390	\$927	\$2.316	\$2.780
PMAM3	Fechamento - BMF&Bovespa	2,47	1,85	1,24	3,09	3,71

## 6) Contabilidade de *hedge*

A Paranapanema adotou os seguintes programas de *hedge accounting*:

### a. *Hedge* de Fluxo de Caixa de Receitas em Dólares norte-americanos

O objetivo do programa é garantir que a receita das vendas indexadas ao dólar não seja impactada com variação cambial. A combinação do derivativo e da receita irá resultar numa entrada de fluxo de caixa fixa/constante baseada na taxa do dólar norte-americanos garantida pelo instrumento financeiro derivativo.

O objeto de *hedge* são as receitas futuras altamente prováveis indexadas ao dólar norte-americano. O instrumento de *hedge* contratado para este programa são contratos a termo de moeda (NDF - Non Deliverable Forward) de USD/BRL. Além de instrumentos derivativos, a Companhia também utiliza, conforme autorizado pela Deliberação CVM nº 604/09, as variações das taxas de câmbio de instrumentos financeiros não derivativos como Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), Pré-pagamento de Exportação (PPE) e contratos de dívidas em dólares para mitigar o risco cambial decorrente de suas vendas futuras altamente prováveis em moeda estrangeira. Este programa foi implementado a partir de novembro de 2013 para os instrumentos de ACC e PPE e a partir de dezembro de 2013 para as demais dívidas como instrumento de *hedge*.

A variação cambial das dívidas é transferida para a conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Empréstimos e Financiamentos quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Empréstimos e Financiamentos e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* for realizado.

### b. *Hedge* de Valor Justo de Compromissos Firmes de Venda

O objetivo do *hedge* de Compromisso Firme de Venda é proteger o valor justo, em dólares norte-americanos (USD), do preço do cobre fixado nas vendas contra movimentos desfavoráveis do preço do cobre cotado na London Metal Exchange (LME).

O objeto de *hedge* são vendas futuras de cobre em dólares americanos (USD) com preço pré-fixado para clientes nos compromissos firmes de venda. Os instrumentos de *hedge* são derivativos de cobre com cotação na London Metal Exchange (LME).

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para o *hedge* é contabilizada no Resultado Operacional assim como os compromissos firmes de venda. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o resultado operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

#### c. *Hedge* de Valor Justo de Estoques

O objetivo do *hedge* de Valor Justo de Estoques é proteger o valor justo dos estoques de metais (cobre, zinco, chumbo, estanho, ouro e prata), em dólares norte-americanos (USD). O objeto de *hedge* é o estoque de metais da Companhia em dólares norte-americanos (USD). Os instrumentos de *hedge* são derivativos embutidos nos contratos de fornecimento de concentrado de cobre que foram bifurcados dos contratos. Este programa foi implementado a partir de dezembro de 2013. Em 1 de março de 2014 foi implementado o *hedge* de valor justo de estoques utilizando derivativos em bolsa como instrumento de *hedge* que protege a variação dos preços médios mensais à vista. Em 1 de maio de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os metais zinco, chumbo e estanho. Em 01 de junho de 2014 foi implementada mesma estratégia com derivativos em bolsa para os ouro e prata.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos embutidos e em bolsa é contabilizada no Resultado Operacional assim como o objeto de *hedge*, o Estoque. A conta de Derivativos a Receber é debitada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for favorável à Companhia e é creditada contra o Resultado Operacional quando o ajuste for desfavorável à Companhia.

#### d. *Hedge* de Fluxo de Caixa de custo de metais

O objetivo do *hedge* é proteger custo de cobre dos produtos vendidos para um determinado mês de venda, ajustando o custo dos produtos vendidos por referências de preços idênticas ou próximas às referências de preços de cobre em dólar norte-americano das receitas com a venda de cobre,

O objeto de *hedge* é o custo de cobre nos produtos vendidos para um determinado mês de venda. O instrumento de *hedge* são contratos futuros de cobre que tem como objetivo trocar referências de preços médios de cobre. Este programa foi implementado a partir de abril de 2014.

A marcação a mercado dos contratos de derivativos designados para *hedge* é contabilizada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial e debitada da conta de Derivativos a Receber quando o ajuste for favorável à Companhia. Caso contrário, é creditada na conta de Derivativos a Pagar e debitada na conta de Ajuste de Valor Patrimonial. O saldo apurado na conta de Ajuste de Valor Patrimonial é transferido para o Resultado Operacional da Companhia somente no momento em que o objeto de *hedge* for realizado.

Em conformidade com os requerimentos de documentação que estão definidos no CPC 38 a Companhia efetuou a designação formal de suas operações de *hedge* sujeitas à contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) documentando:

- i. O relacionamento do *hedge*;
- ii. O objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em fazer o *hedge*;
- iii. A identificação do instrumento de *hedge* (instrumento financeiro derivativo ou não derivativo);
- iv. O objeto de *hedge* ou posição protegida;
- v. A natureza do risco a ser coberto;
- vi. A descrição da relação de cobertura;

- vii. A demonstração da correlação entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge* quando aplicável;
- viii. A demonstração prospectiva e retrospectiva da efetividade do *hedge*.

As transações para as quais a Paranapanema fez a designação como *hedges* de fluxo de caixa são altamente prováveis. O diferimento dos ganhos e perdas não realizados dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos designados para proteção de riscos cambiais e taxas de juros foram feitos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Instrumento	Objeto	Indexador	Vencimentos	Referência	Valor de Mercado <sup>1</sup>			
<b>Hedge de Fluxo de Caixa</b>					2014		2013	
<b>Derivativos - designados</b>					Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto
NDF - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2014 a Dez/2014	(494.158) US\$	7.845	-	(8.932)	-
NDF - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2015 a Jul/2015	(208.863) US\$	(46.728)	-	(30.887)	-
NDF - Encerrados	Dívidas USD	USD/BRL	Jan/2014 a Jun/2014	- US\$	-	-	(3.345)	-
NDF - Provisão	Dívidas USD	USD/BRL	-	- US\$	-	-	(463)	-
NDF - Encerrados	Custo	Cobre	Abr/2014 a Dez/2014	36.281 tons	(346)	-	-	-
NDF - Provisão	Custo	Cobre	jan/15	1.200 tons	(5)	-	-	-
<b>Não derivativos - designados</b>								
ACC/PPE - Encerrados	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2014 a Dez/2014	(370.439) US\$	(33.958)	-	(8.840)	-
ACC/PPE - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2015 a Nov/2017	(387.327) US\$	(131.278)	-	(39.371)	-
Demais dívidas - Encerrado	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2014 a Dez/2014	(478.772) US\$	(11.659)	-	(7.264)	-
Demais dívidas - Provisão	Receita em USD	USD/BRL	Jan/2015 a Set/2019	(649.241) US\$	(202.909)	-	-	-
<b>Derivativos - des-designados</b>								
NDF - Encerrados		USD/BRL	Jan/2014 a Dez/2014	(214.162) US\$	12.818	-	(1.656)	-
<b>Hedge de Valor Justo</b>								
<b>Derivativos</b>								
NDF - Encerrados	Compromisso de vend:Cobre		Jan/2014 a Dez/2014	9.111 tons	-	-	(12.032)	12.032
NDF - Provisão	Compromisso de vend:Cobre		Jan/2015 a Dez/2015	5.600 tons	(6.470)	6.470	(2.705)	2.705
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	Dez/2014	6.991 tons	5.556	-	(3.736)	3.736
Derivativos Embutidos	Estoques	Cobre	Jan/2015 a Mar/2015	32.903 tons	26.924	(26.924)	(4.073)	4.073
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	Dez/2014	374 Oz	27	-	-	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Ouro	Jan/2015 a Mar/2015	3.287 Oz	(93)	93	-	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	Dez/2014	39.167 Oz	102	-	-	-
Derivativos Embutidos	Estoques	Prata	Jan/2015 a Mar/2015	165.337 Oz	138	(138)	-	-
NDF - Provisão	Estoques	Cobre	Jan/2015 a Abril/2015	50.950 tons	37.646	(37.646)	-	-
NDF - Provisão	Estoques	Zinco	Jan/2015 a Fev/2015	1.816 tons	423	(423)	-	-
NDF - Provisão	Estoques	Chumbo	Jan/2015 a Fev/2015	100 tons	23	(23)	-	-
NDF - Provisão	Estoques	Estanho	Jan/2015 a Abr/2015	57 tons	22	(22)	-	-
NDF - Provisão	Estoques	Ouro	Jan/2015 a Fev/2015	12.685 Oz	(820)	820	-	-
NDF - Provisão	Estoques	Prata	Jan/2015 a Fev/2015	621.117 Oz	(440)	440	-	-

	Consolidado / Controladora			
	Patrimônio Líquido		Resultado	
	2014	2013	2014	2013
<b>Derivativos designados para <i>hedge accounting</i></b>				
Risco de <i>commodities</i>	(5)	-	5.111	(8.474)
Risco cambial	(46.728)	(36.437)	39.616	5.087
Risco de taxas de juros	-	75	-	-
	<b>(46.733)</b>	<b>(36.362)</b>	<b>44.727</b>	<b>(3.387)</b>
<b>Não derivativos designados para <i>hedge accounting</i></b>				
Risco cambial	(334.187)	(47.236)	-	-
	<b>(334.187)</b>	<b>(47.236)</b>	-	-
<b>Demais derivativos</b>				
Risco de <i>commodities</i>	-	-	(16.319)	(8.435)
Risco cambial	-	-	(7.622)	(2.765)
	-	-	<b>(23.941)</b>	<b>(11.200)</b>

## 7) Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato do crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*.

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	271.113	76.624	276.872	79.517
Aplicações Financeiras	5	761.314	339.684	771.005	375.170
Contas a receber de clientes	6	565.507	695.962	466.075	605.980
		1.597.934	1.112.270	1.513.952	1.060.667

## 8) Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia possui aplicações com vencimentos inferiores há 90 dias e com liquidez imediata, cujos montantes são suficientes para fazer face a eventual necessidade para liquidação junto a fornecedores, empréstimos ou financiamentos.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O quadro abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2014.

Os valores apresentados incluem principais e juros calculados estimados utilizando-se a taxa de dólares norte-americanos de conversão vigente em 31 de dezembro de 2014 (R\$2,6562/US\$ 1), para as dívidas denominadas em dólares (PPE, ACC e Finimp) e as taxas de juros dos contratos vigentes.

<b>Consolidado</b>	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos
<b>Ativos</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	276.872	276.872	-	-
Aplicações Financeiras	771.005	699.532	71.473	-
Contas a receber de clientes	466.075	463.778	2.297	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	134.560	134.560	-	-
	<u>1.648.512</u>	<u>1.574.742</u>	<u>73.770</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e Financiamentos	(1.461.305)	(799.828)	(243.933)	(417.544)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(123.432)	(123.432)	-	-
Fornecedores	(1.778.348)	(1.778.348)	-	-
	<u>(3.363.085)</u>	<u>(2.701.608)</u>	<u>(243.933)</u>	<u>(417.544)</u>
Posição Líquida	<u>(1.714.573)</u>	<u>(1.126.866)</u>	<u>(170.163)</u>	<u>(417.544)</u>

#### 9) Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que nessas operações o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29), exceto para as operações de Empréstimos e Financiamento, onde foram apurados os seus valores justos e estão demonstrados nos quadros do item 4 classificação de Instrumentos Financeiros.

#### 10) Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	31/12/2013	2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos	13	1.333.064	1.118.099	1.333.083	1.118.099
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	25	165.639	89.894	165.704	89.894
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(271.113)	(76.624)	(276.872)	(79.517)
(-) Aplicações financeiras	05	(761.314)	(339.684)	(771.005)	(375.170)
(-) Instrumentos financeiros derivativos a receber	25	(134.560)	(28.844)	(134.560)	(28.859)
<b>(=) Dívida ( Caixa ) líquida</b>		<b>331.716</b>	<b>762.841</b>	<b>316.350</b>	<b>724.447</b>
Inst. Fin. Derivativos Embutidos a pagar	25	(42.207)	(7.792)	(42.207)	(7.792)
(-) Inst. Fin. Derivativos Embutidos a receber	25	-	-	-	-
<b>(=) Dívida ( Caixa ) líquida c/ Derivativos Embutidos</b>		<b>289.509</b>	<b>755.049</b>	<b>274.143</b>	<b>716.655</b>
Patrimônio líquido	17	1.204.232	1.377.441	1.204.232	1.377.441
<i>Quociente de alavancagem</i>		<i>21,60%</i>	<i>35,64%</i>	<i>20,80%</i>	<i>34,47%</i>
<i>Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos</i>		<i>19,38%</i>	<i>35,41%</i>	<i>18,54%</i>	<i>34,22%</i>

## 26. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, com vencimentos até fevereiro de 2023, e não sujeita a Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

As obrigações mínimas futuras a pagar desse contrato, caso não seja cancelado antes do vencimento, são as seguintes:

	2014	2013
Até 1 Ano	1.592	1.689
de 2 a 6 anos	6.586	7.012
acima de 6 anos	2.326	3.492
	<u>10.504</u>	<u>12.193</u>

## 27. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto de R\$2.084 para danos materiais, R\$54 responsabilidade civil geral e de Diretores e Administradores, R\$37.506 ajustáveis para transportes nacionais e internacionais e cobertura de 30 vezes o salário do colaborador para seguro vida em grupo.



## 28. Previdência privada

O plano de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas é um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados cujas principais características são resumidas abaixo:

PGBL/VGBL: Após atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas em 2014 é de R\$2.597 (R\$2.066 em 2013).